Quarta-feira, 13 de Agosto de 1975

INTERSINDICAL

alvanca.

35

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 3$50

PELA NACIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO

CGTP - IN
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
5'376
Nº



EMIGRANTES EXPÕEM A SUA LUTA

Os emigrantes portugueses espalhados por esse mundo da exploração capitalista, ainda que revestindo formas mais ou menos sociais-democratas (formas essas, que aliando uma falsa liberdade cedida pelos capitalistas aos trabalhadores a uma ilusão de que todos podem ter uma casa, um carro, etc.) permitem a continuação de um sistema de exploração no qual os patrões continuam a tirar bons lucros e os trabalhadores continuam a ser explorados. Pois esses emigrantes, diziamos, conscientes da importância que o Congresso dos Sindicatos revestiu para todos os que vendem a sua força de trabalho neste País e em todo o mundo, não quiseram dissociar-se dele.

Eis a proclamação feita em nome da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França:

Amigos e Camaradas,

Permitam-nos, antes de mais, que, em nome da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França, vos saudemos, e, convosco, o primeiro Congresso da Intersindical, expressando o desejo do maior êxito para os vossos trabalhos e para todos os Sindicatos que aqui representais.

Nem todos, estamos certos, estão ao corrente do que é a nossa Comissão Consultiva de Trabalhadores. Por isso, em poucas palavras vos explicamos: em 1 de Fevereiro deste ano, uma centena de trabalhadores portugueses da região de Paris reuniu-se na delegação da Secretaria de Estado da Emigração, e resolveu criar ali por eleição uma Comissão de Trabalhadores, que os directores deveriam consultar no sentido da definição de uma política justa e necessária da emigração, e para, através dela, desenvolver as mais amplas e constantes ligações com os emigrantes, através dos seus membros, todos eles representantantes de associações, clubes e grupos de portugueses.

A resposta do secretário de Estado de Emigração, engenheiro Pedro Coelho, foi a resposta mais negativa às reivindicações dos emigrados. E quando a Comissão Consultiva decidiu fazer uma segunda assembleia de trabalhadores para discutir com eles a resposta daquele membro, a sua delegação em Paris resolveu não nos ceder a sua sala de reuniões. Postos na rua da casa portuguesa que devia ser de todos os emigrados, fomos recebidos fraternalmente pela bolsa de trabalho de Levallois, na casa dos sindicatos franceses. Ali, cerca de 400 trabalhadores portugueses reafirmaram a decisão dos emigrados de exigir a reestruturação daquele órgão do Estado, a reforma das mentalidades e dos métodos dos seus dirigentes de forma a pô-los ao serviço da emigração, em vez de fiel servidor dos interesses da clique do Partido Socialista, a que pertence o secretário de Estado.

Nessa mesma segunda Assembleia elegemos a delegação que se propunha entregar ao Presidente da República, de visita à França, um Memorando sobre os problemas mais importantes dos emigrados portugueses naquele país, e organizar uma manifestação de rua de apoio ao M.F.A. às opções socialistas decididas por ele. O êxito destes empreendimentos não escapou a ninguém: 25 000 portugueses desfilaram nas ruas de Paris, gritando a sua homenagem ao M.F.A. e o seu repúdio a todas as falsas concepções de socialismo mais ou menos em liberdade e nas paredes da Embaixada, onde fora preciso baterm-no-a contra as intenções do embaixador de não querer nem manifestações nem mensagens ao Presidente do Conselho da Revolução, naquelas paredes ecoou o «slogan» que aplicava às condições locais a palavra de ordem do nosso povo em Portugal: Embaixada há só uma, a do povo e mais nenhuma.

A luta continua pelo reconhecimento e oficialização da Comissão Consultiva. Recusada pelo secretário de Estado e recebidos em audiência especial pelo Presidente da República, a Comissão continua à espera de poder contar com o apoio do Governo Provisório para alargar ainda mais a sua acção, agora teoricamente preconizada pelas resoluções da Assembleia de Delegados do M.F.A. ao definir o papel predominante das comissões de trabalhadores na via original portuguesa para o socialismo.

É em nome desta Comissão Consultiva de trabalhadores que viemos ao vosso Congresso, para vos saudar, e dizermos o que pensamos, também nós, sobre o documento de orientação e acção para um Portugal Novo.

Antes do mais, camaradas, o nosso acôrdo é total à definição que nele dais do movimento sindical português pelo socialismo, à necessidade histórica da unidade e unicidade sindical, assim como à necessidade da participação dos trabalhadores da defesa do processo revolucionário através do controlo da produção, dos esforços a dispender na batalha da produção e da unidade dos trabalhadores como base das conquistas do progresso social.

E é porque o nosso apoio é total nesses pontos fundamentais que nos sentimos mais à vontade para vos apresenarmos uma firme crítica: a ausência total dos problemas da emigração, tal como vem acontecendo no «Alavanca», onde gostaríamos que uma vez por mês houvesse uma página dedicada aos problemas da emigração.

Verificámos no projecto uma só vez a palavra emigração aparece no texto (página 7, 3.ª linha do capítulo Emprego), e, mesmo aí, não é em função dos emigrantes, mas de certas consequências nefastas da política fascista de emigração.

A Intersindical, este vosso congresso, tem de ter presente os problemas de cerca de 3 000 000 de emigrados, na sua maior parte trabalhadores como vós, povo português com todas as qualidades e defeitos do povo das regiões de onde partiram à aventura, escorraçados pela política de miséria, de repressão, de guerra colonial exercida pelo fascismo.

Podem os trabalhadores que continuaram batendo-se em Portugal contra o fascismo, analisar de formas diversas a saída dos seus irmãos para o estrangeiro. Mas o que não podem é esquecer a ânsia que têm os que saíram de regressarem à Pátria, para onde tanto dinheiro mandaram, e continuam a mandar, possibilitando que os graves problemas financeiros herdados do regime fascista não sejam ainda mais graves.

Eles, que são objecto da mais desenfreada campanha de calúnias contra o nosso país, contra a jovem democracia, contra o M.F.A., a Intersindical e os partidos e movimentos verdadeiramente progressivos necessitam da própria definição de uma verdadeira política de emigração, que os defenda onde estão, que «envisage» o seu progressivo regresso em função das conquistas que se forem obtendo na consolidação da democracia, da marcha para o socialismo.

Por isso, nós gostaríamos que, no capítulo IV, ao se falar do combate ao desemprego e da necessidade de criação de novos postos de trabalho, se refira essa necessidade como forma de reintegração dos irmãos trabalhadores emigrados, e, ao falar em sequência das necessidades dos trabalhadores, se refira à necessidade de melhorar as condições dos nossos emigrados e se aponte entre «os anseios mais profundos das classes trabalhadoras» o de ver um dia acabar para sempre a necessidade da emigração.

Pensamos, ainda, que, nos problemas respeitantes à formação profissional, se deveria contar com a qualificação profissional, que dificilmente se vai, apesar de tudo, obtendo em certos países para os nossos emigrantes, de forma que através dos organismos de Estado, e com o auxílio de comissões de trabalhadores eleitas pelos próprios emigrantes, se possa fazer uma espécie de levantamento estatístico das possibilidades de fazer regressar a Portugal, progressivamente, uma percentagem de emigrantes para cada nova criação de postos de trabalho com técnicas modernas a que eles já estejam habituados no estrangeiro.

Também, no que se preconiza no projecto em relação aos filhos dos trabalhadores, consideramos que é injusto esquecer os filhos dos emigrantes, quer no desenvolvimento do ensino de português a obter por via de novos acordos de emigração entre Estados, quer no que respeita à criação de colónias de férias em Portugal para aquelas crianças, com um enquadramento de monitores que desenvolvam nos nossos filhos mais ou menos «estrangeirados» o amor à nossa pátria.

Finalmente, no que respeita às relações internacionais, a lutar a todas as razões que são apontadas na página 13, há que falar como razão para intensificar uma política de unidade de acção e de solidariedade, o apoio a obter pela parte do movimento sindical internacional à defesa dos nossos emigrantes nos países que acolhem os nossos emigrantes.

Não é que em certos países isso não se verifique, e o exemplo é dado pela nossa própria delegação da comissão consultiva, em que, do ponto de vista sindical, é um exêmplo de unidade e de atenção dos sindicatos franceses de classe pela emigração, pois cada um de nós tem responsabilidades no movimento sindical francês, ou na CGT, o outro camarada da CFDT.

As duas grandes Confederações têm uma plataforma de acção unida, em relação aos emigrados agem em conjunto, conduzem grandes campanhas nacionais pela igualdade dos direitos sindicais, sociais e políticos dos trabalhadores emigrados.

Por essa razão, nós somos dos que apelamos à nossa emigração em França a se sindicalizar, naqueles dois sindicatos, já que os trabalhadores franceses não têm a sorte dos trabalhadores portugueses de possuirem uma central única para os defenderem. Mas temos, igualmente, divulgado papel inultrapassável da nossa Intersindical Portuguesa na defesa dos trabalhadores portugueses.

Por isso, camaradas, não vejam nas nossas críticas construtivas senão o desejo de melhorar ainda mais o trabalho da Intersindical, de reforçar, também, entre os trabalhadores portugueses emigrados e os que labutam em Portugal, a unidade que é o princípio orientador dos sindicatos portugueses.

Por que assim é que cá vemos, para em nome da Comissão Consultiva dos trabalhadores portugueses emigrados, gritar convosco.

A luta é entre a Revolução e a Reacção, não há qualquer outra força intermédia.

É nesta luta, pois, que:

VIVA A INTERSINDICAL PORTUGUESA!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

VIVA O M.F.A. E A REVOLUÇÃO SOCIALISTA PORTUGUESA!

VIVA O PODER POPULAR!

alavanca
SEMANARIO DA INTERSINDICAL
13 de Agosto de 1975
N.º 35
DIRECTOR INTERINO:
José Luís Judas
24 páginas
Preço avulso. $$$0
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Av. Duque de Loulé, 63 - 3.º
Telefs. 6 99 93 / 4 57 12 — LISBOA-1
DELEGAÇÃO NO NORTE
UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO
Rua de Santa Catarina, 922-1.º
Telefs. 380782/69 PORTO
Distribuição para postos de venda ao público:
Distribuidora «O SÉCULO»
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Empresa do Jornal do Comércio, S. A. R. L.

OS GRANDES PROBLEMAS DA NOSSA ECONOMIA

O recente comunicado do Conselho Superior da Revolução, divulgando o plano de acção política do M.F.A., elaborado na sequência de uma prolongada reunião daquele órgão, caracteriza a actual situação económica do país, por três pontos críticos fundamentais: — Desequilíbrio muito acentuado da balança de pagamentos; — Desemprego bastante elevado; — Produção interna decrescente, pondo em perigo a independência nacional.

São, efectivamente, três aspectos que sintetizam e caracterizam a situação económica, grave, que atravessa a actual conjuntura económica.

A balança de pagamentos é o registo de todas as entradas e saídas de divisas (moeda estrangeira), do país, num período determinado. Uma parte substancial da balança de pagamentos, são as divisas provenientes das trocas comerciais, exportações e importações, cujo saldo se chama balança comercial. Mas há outras rubricas: os invisíveis correntes e as operações de capital.

Integram os invisíveis correntes, as divisas originadas com o turismo, as remessas dos imigrantes e outras transferências privadas, os fretes de transportes e os seguros do comércio internacional, etc. São os empréstimos e seus reembolsos e os investimentos externos, as principais componentes da rubrica operações de capital.

Ora, como se sabe, durante o ano de 1974, as importações excederam as exportações, cifrando-se a balança comercial num saldo negativo de cerca de 50 milhões de contos. Felizmente, devido às remessas dos imigrantes e ao saldo do turismo, o saldo da balança de pagamentos, embora negativo, foi inferior, atingindo, ainda assim, o valor negativo de 17 milhões de contos.

Este saldo vem a reflectir-se na diminuição das reservas do Banco de Portugal. São escudos que saem, são pedidos de dólares, marcos, pesetas, cruzeiros, etc., apresentados ao banco central — o Banco de Portugal — e, portanto, divisas em «stock», que se vão...

As reservas existentes são o resultado de uma progressiva acumulação de saldos, na balança de pagamentos, que o fascismo nunca quis utilizar no desenvolvimento do país, adquirindo, com essas reservas, máquinas, equipamentos, novos processos tecnológicos, e procedendo ao lançamento de novas indústrias. O montante acumulado em ouro e divisas, colocava Portugal, em Abril de 1974, em 14.º lugar no mundo. Mas, reportando-nos apenas ao «stock» em ouro, a posição assumida, subia ao 8.º lugar, à frente do Canadá, Japão, Áustria, Suécia, etc. É evidente que o desenvolvimento da economia portuguesa não nos coloca em tal posição no mundo...

Em Dezembro de 1973, aquelas reservas em ouro e divisas, atingiram o valor máximo de 62,5 milhões de contos. Mas, de então para cá, não pararam de decrescer. Na véspera do 25 de Abril de 1974, baixaram para 62,5 milhões de contos e, no final, de 1974, para 53,6 milhões de contos. Dinheiro que seria necessário para comprar, ao estrangeiro, máquinas e tecnologia, e assim aumentar o emprego e a produção nacional, está a ser gasto em bens de consumo, dos quais, uma grande parte, pode ser considerada de luxo.

Todos sabem que, excepcionado o período da última guerra mundial, os saldos negativos da balança comercial vão-se sucedendo



e agravando. As importações crescem mais que as exportações. Tal défice, tem sido coberto pelas remessas dos imigrantes e pelas receitas provenientes do turismo e, como muito bem o C.S.R. nota, **«este atravessa, presentemente, uma forte crise».**

Para o corrente ano, as perspectivas referidas no documento do C.S.R., não são animadoras. Prevê-se novo saldo negativo na balança comercial, superior a 50 milhões de contos; e na balança de pagamentos, um défice na ordem dos 30 milhões de contos, **«que terão de ser cobertos pelas reservas, em divisas, do Banco de Portugal, ficando estas praticamente esgotadas (à excepção das reservas de ouro)».** No final de Maio, já o défice da balança de pagamentos era da ordem dos 11 milhões de contos. Com efeito, só no primeiro trimestre, o défice da balança comercial duplicou, em relação a idêntico período do ano transacto.

COMERCIO EXTERNO (JANEIRO A MARÇO) MILHOES DE ESCUDOS

	1974	1975	Aumento
Importação	15 258	22 731	48,9 %
Exportação	10 379	12 660	21,9 %
Défice	4 878	10 071	106,7 %

Se as exportações registaram um acréscimo de 21,9 % em valor, isso ficou-se a dever a um agravamento de preços, pois que, a quantidade exportada, baixou de 803 mil toneladas, para 747 mil toneladas, isto é, reduziu-se 6,8%. O mesmo não se diz das importações, cujas quantidades aumentaram 24 % e, em valor, 48,9 %.

Isto é o reflexo, não só da estrutura da economia legada pelo fascismo mas também da sabotagem económica levada a cabo por países imperialistas da Europa e doutros continentes, que procedem à suspensão de fornecimentos portugueses, à recusa de importação de produtos nacionais, que vão procurar noutros mercados, etc. De salientar a ajuda fornecida pelos países socialistas, prestando-se a importar mercadorias de Portugal, provenientes de sectores em crise, como o do calçado e o agrícola (vinho, resina, de grandes vantagens na colocação etc.), permitindo atenuar o défice da nossa balança comercial e auxiliando os trabalhadores, garantindo muitos postos de trabalho.

REMESSAS DE IMIGRANTES E RECEITAS DE TURISMO

A diferença entre os défices da balança comercial e a balança de pagamentos, prevista em cerca de 20 milhões de contos para 1975, será coberta pelas remessas dos imigrantes e pelas receitas do turismo (?). O papel aqui desempenhado pelas remessas dos imigrantes tornam estes alvo aliciante das forças reaccionárias a soldo do imperialismo. A divulgação de falsas notícias sobre a situação portuguesa, a deturpação do significado da nacionalização dos bancos, o oferecimento ção das poupanças dos imigrantes nos países em que trabalham, são autênticas acções de boicote à nossa economia, cuja actuação urge combater. Os nossos compatriotas têm o direito de serem claramente informados da realidade que se vive no nosso país e, para isso, nada melhor do que serem os próprios trabalhadores a informá-los. Eis um ponto em que todos nós poderemos contribuir para a superação de uma grave dificuldade da nossa economia, informando os nossos amigos e familiares.

Quanto às receitas do turismo, devido quer à crise internacional quer à acção nefasta de informações erradas, sobre o nosso país, pouco há a esperar, desta fonte de divisas.

Recentemente, e no sentido de atenuar os défices assinalados, decidiu o Governo lançar um imposto adicional a certos bens importados, limitar as saídas de divisas nas deslocações ao estrangeiro, negociar empréstimos com organizações internacionais. São medidas cujos efeitos podem contribuir para a melhoria da situação. Mas, também aqui, as atitudes de cada um de nós, na preferência de produtos fabricados em Portugal, na limitação de importações de produtos substituíveis por artigos portugueses (controlo da produção), na recusa às deslocações ao estrangeiro, preferindo passar férias no nosso país (aqueles poucos que usufruem de tal luxo), podem constituir medidas revolucionárias, no actual momento, com efeitos bastante palpáveis.

O desemprego é outro ponto crítico fundamental, apontado no plano de acção política do M.F.A. Refere-se a existência de **«cerca de 250 000 desempregados, correspondentes a 8 % da população activa».** É um desaproveitamento da força produtiva, fundamental no processo produtivo, a única criadora de riqueza — o trabalho.

OS DESEMPREGADOS

Alguns factores concorrem para a situação existente: os despedimentos, o regresso de colonos, a desmobilização, cidadãos que deixaram os estudos, etc. Ora, grande parte destes desempregados, talvez 70 %, procuram o primeiro emprego, pelo que a situação é provocada pela não criação de novos postos de trabalho, ao ritmo desejável. Efectivamente, como se sabe, o investimento quebrou, provocando crise em sectores básicos. Segundo dados publicados pela Direcção-Geral dos Serviços Industriais, podem-se comparar os empregos criados, por trimestres, em 1973 e 1974 (em milhares):

	1973	1974
1.º Trimestre	8,3	11,5
2.º »	9,3	10,7
3.º »	9,5	8,6
4.º »	10,3	6,2
TOTAL	37,4	37,0

(Cont. na pág. 5)

METALÚRGICOS DE FARO EM LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO

O trabalhador algarvio **«só se lembra de Santa Bárbara quando troveja»**. Estas as palavras que o camarada Luís Correia, secretário-geral e mandatário da Direcção do Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalo-Mecânicos do Distrito de Faro, começou por nos dirigir.

Com efeito, considera aquele amigo que os trabalhadores do sector «não possuem consciência de classe», deixando-se manobrar, arbitrariamente, pela entidade patronal que recorre, inclusivamente, à ameaça de despedimento para obter a sua colaboração.

Igualmente a consciência sindical anda arredia do espírito de grande número de pessoas, naquele ramo de actividade:

«Fundamentalmente, os trabalhadores só se dirigem ao Sindicato quando têm problemas decorrentes, normalmente, de litígios de trabalho (despedimentos) e não pagamento de vencimentos (sobretudo os retroactivos).»

Tendo em vista combater este amorfismo dos trabalhadores, pretende a Direcção do Sindicato promover grandes campanhas de dinamização, junto às bases.

«Embora existam várias Comissões de Trabalhadores, eleitas democraticamente pelos seus camaradas, os elementos que as constituem receiam não ser secundados, nas atitudes ou projectos que se proponham fazer, pelos próprios trabalhadores, e em última análise por medo das ameaças e represálias da entidade patronal.

«Tencionamos, portanto, nos vários locais de trabalho, organizar e criar mais Delegados Sindicais que, esclarecendo e dinamizando, atraiam os trabalhadores ao Sindicato. Fazer, enfim, com que os trabalhadores deixem de pensar pela cabeça dos outros o que, na maior parte dos casos, significa pensar reaccionariamente, isto é, contra os seus próprios interesses.

São, no entanto, boas as condições de trabalho neste sector, pois o desemprego não é grande, nem significativo. Os despedimentos não ultrapassam os 100, o que se justifica na medida em que, a Metalurgia, no Algarve, funciona na base de empresas de assistência, e não de produção, pelo que os trabalhadores especializados são, particularmente, necessários. De salientar, também, que grande parte dos despedimentos dizem respeito a indivíduos que, por profissão, estão ligados ao ramo da Construção Civil.

O sinal negativo relativo a este campo de actividade está, pois, centrado nas atitudes reaccionárias e arbitrárias dos patrões, o que fica bem expresso nos casos que nos apresentou o amigo Correia.

— TRABALHADORES CONTRA TRABALHADORES

«Na firma ANDRADE E FILHOS, LDA., as manobras de intimidação por parte do patrão, Eduardo Andrade, conseguiram que fossem



os trabalhadores a votar a favor do despedimento de dois dos seus colegas de trabalho. Com efeito, pretendeu a gerência da referida firma despedir dois trabalhadores, alegando justa causa. Tendo havido recurso ao Sindicato, no dia 14 de Maio convocou-se um Plenário, que teve a presença das partes interessadas, de um delegado do sindicato e outro do Ministério do Trabalho, onde os trabalhadores votaram pela permanência dos dois colegas. De imediato, o patrão, entre insultos e ameaças de despedimentos e, inclusive, de que faria a entrega da sua quota de sócio-gerente, declara que, embora pagasse os vencimentos aos dois homens, não permitira que os mesmos trabalhassem mais na firma.»

Numa Acta daquela firma, datada de 26 de Maio, pode-se ler que, tendo havido nova reunião dos trabalhadores, os mesmos haviam votado pelo despedimento dos camaradas, alegando que aqueles eram divisionistas (?).

Novamente, em 6 de Junho, o Delegado sindical, o Delegado do Ministério do Trabalho e um representante do M.F.A., se dirigiram à firma, tendo os trabalhadores confirmado a veracidade da Acta, embora se detectasse que o

fizeram sob pressão das ameaças da entidade patronal que, para além disso, conseguiu, ainda, boicotar aquela sessão, deixando bem claro o seu desrespeito pelas entidades presentes e pelos trabalhadores.

Face às circunstâncias, o assunto foi remetido para o Tribunal do Trabalho.

Outro caso que se passou na mesma firma diz respeito a emprego de menores.

«Pretendia a gerência de ANDRADE E FILHOS, LDA., que um menor, de 15 anos, ingressasse na firma, mediante declaração do pai dizendo que se responsabilizava que o filho ficasse a trabalhar, por tempo indefinido, com o ordenado mensal de 1250$00, sem horários de trabalho e prescindindo do salário mínimo estabelecido no C. C. T.

«O caso chegou ao conhecimento do Sindicato que, naturalmente, informou o menor dos seus direitos, resultando, daqui, um documento assinado pelo mesmo, no qual se pode ler: «Declaro que foi de minha vontade que impedi o meu pai de assinar, porque além da ilegalidade de que me apercebi, tenho sido, sistematicamente, «mandado embora», quando está a chegar ao local de trabalho algum agente do Ministério do Trabalho ou do Sindicato dos Metalúrgicos».

«Assim, o Sindicato funciona como moderador, procurando criar plataformas de entendimento, como forma de evitar maiores represálias do patronato, como as acima referidas, nunca deixando, todavia, de batalhar para que seja cumprido o C. C. T.»

Há, também, casos em que, se o patrão não quer aceitar qualquer plataforma,o Sindicato e os trabalhadores se decidem, pela força, a anular o patrão, ou anular quaisquer tentativas de manobras reaccionárias, da parte deste. Foi o que se passou com duas empresas que estão em autogestão, como resultado de greve, num dos casos, e de abandono da gerência, no outro.

De qualquer modo, considera o camarada Correia, **«ao fim e ao cabo os trabalhadores acreditam e sabem que o Sindicato defende os seus interesses, pois é aí que se dirigem quando vêem que, por outro modo, os seus problemas não são resolvidos.**

«Muitos dos trabalhadores despedidos, sobretudo os mais jovens, procuram, de facto, essa actuação, uma vez que a sua consciência profissional ou de classe é absolutamente nenhuma», termina o amigo Luís Correia.

No nosso parecer, este facto deve estar directamente ligado à má influência exercida na juventude, sobretudo na menos culta e consciente, por determinado tipo de turistas de sociedades capitalistas, alienados, viciados e burgueses, de que o Algarve esteve infestado, durante o período fascista.

Esse governo fascista, aproveitando a deixa do turista guedelhudo, frizado (e), de vestes exóticas e muita ausência de responsabilidade, utilizou os mais variados processos para incutir, nos jovens esse espírito de desmobilização, relativo a atitudes produtivas, ou de participação no desenvolvimento da sua consciência revolucionária. Daí ao aparecimento de uma fauna de **bêbedos, pederastas e noctívagos**, foi um instante. Pesada a herança que nos legaram!

OS GRANDES PROBLEMAS DA NOSSA ECONOMIA

(Continuação da pág. 3)

De notar a quebra nos dois últimos trimestres do ano; e isto porque o investimento baixou (milhares de contos):

	1973	1974
1.º Trimestre ..	2 441	3 857
2.º » ..	3 431	3 322
3.º » ..	3 846	3 173
4.º » ..	10 707	7 357
TOTAL	20 425	17 709

Muitos investimentos que se deixaram de fazer foram autênticos actos de sabotagem, perpetrados pelo grande capital. Mas a situação seria muito mais grave, não fossem os operários e outros trabalhadores erguerem-se contra tentativas de encerramento de fábricas, evitando a paragem de centenas de unidades produtivas, e fazendo, mesmo, utilizar meios de produção não aproveitados ou subaproveitados.

A luta pelo direito ao trabalho, quer no campo quer nas fábricas, reflecte uma elevada consciência revolucionária dos trabalhadores portugueses, opondo-se ao capital monopolista e latifundiário, e lançando as bases da construção do socialismo.

Se existem factores conducentes ao agravamento do desemprego, também existem condições que, aproveitadas, nos permitirão superar a crise. Ora, em Portugal, estamos longe de ver satisfeitas imensas necessidades colectivas — electrificação, estradas, habitação, escolas, hospitais, etc. — e, por outro lado, não temos uma economia auto-suficiente, pois importamos cerca de metade do que comemos, e grande parte de bens susceptíveis de serem produzidos no nosso país.

Mas, para além destas razões, no nosso subsolo existem riquezas, não convenientemente aproveitadas (ferro, pirites, volfrâmio, etc.). A liquidação das contradições e objectivos fundamentais do sistema capitalista e o lançamento das bases materiais que nos hão-de conduzir ao socialismo, constituem factores que, se as classes trabalhadoras quiserem, nos permitirão superar a actual crise.

Para tal, as empresas nacionalizadas e muitas outras, controladas pelos trabalhadores e exemplarmente postas ao serviço do povo trabalhador, a par do lançamento de investimentos públicos e do desenvolvimento e aplicação da reforma agrária, estamos certos, permitirão pôr a economia ao serviço daqueles que produzem — os trabalhadores.

O único gasto susceptível de criar postos de trabalho, é o investimento. Este, para além de ter um nível extremamente baixo, não tem aumentado. Em média, o investimento representava cerca de 19 % do Produto Nacional Bruto de 1973. Não será com este nível que atingiremos, economicamente, países desenvolvidos, onde se verifcam taxas de 25 %.

Torna-se imperioso aumentar o investimento, para taxas pelo menos de 25 % do Produto Nacional Bruto, para criar mais postos de trabalho, aumentar a produção e reduzir as importações de bens destinados ao consumo. Para isso, o padrão de vida também se tem de alterar em muitas famílias — terão de poupar mais e consumir menos.

Mas, principalmente, há que investir em sectores produtivos e, dentro destes não só nos bens de consumo, mas também nos bens de capital, nos produtores de meios de produção (máquinas, matérias-primas), que irão permitir a produção, em maior escala, de bens de consumo e, assim, criar maior número de postos de trabalho.

A contradição entre a manutenção dos actuais níveis de consumo e o debelar da crise de desemprego, não pode ser resolvida sem se ganhar, pois, a batalha da produção.

Há que combater certas opiniões, que sustentam ser superável a crise, exclusivamente, através do investimento não produtivo. Tal ideia conduz-nos a uma situação ainda mais grave do que a actual, pois é baseada em pressupostos artificiais: investir, predominantemente, por exemplo, no comércio, pressionará um aumento do consumo de bens que, sem investimento, terão de ser importados.

Aplicados desta modo, os recursos, desprezamos os investimentos produtivos, que criam empregos, e fazem aumentar a produção, que é a única fonte de rendimento.

BAIXA DE PRODUÇÃO

Por fim, refere o plano de acção do M.F.A., o problema da produção interna decrescente, susceptível de pôr em perigo a independência nacional. **«Caso não sejam modificadas as actuais condições de produção, prevê-se um decréscimo do produto nacional bruto, em relação a 1974, da ordem dos 6 %.»**

Como sabemos, o valor de qualquer mercadoria (expresso em dinheiro — o preço), é composto de capital constante, capital variável e mais-valia. O capital constante, integra os meios de produção incorporados — matérias-primas e subsidiárias, amortizações, etc.; os salários dos trabalhadores, são o capital variável; a mais-valia, é a diferença entre aquelas duas parcelas e o preço total, correspondendo a trabalho não remunerado, fonte de exploração dos operários e origem do lucro.

Se juntarmos todas as mercadorias produzidas num ano, teremos o Produto Social. Ora, este e o Rendimento Nacional, estão estreitamente associados:

Rendimento Nacional = Produto Social-Capital Constante

Quanto menor for o Produto Social, tanto menor será o Rendimento Nacional e, consequentemente, menores os recursos a distribuir por todos os trabalhadores.

A reacção tem compreendido, claramente, esta realidade e, por isso, sempre que pode, não perde ensejo de praticar sabotagem económica, quer destruindo meios de produção, quer lançando empresas à beira da falência, por desvio de fundos, quer deixando de investir, etc., etc.

O défice, na balança comercial, revela um forte desequilíbrio: a produção nacional é inferior ao consumo — só em bens alimentares temos que importar mais de metade do que se consome. Uma tarefa urgente é, pois, a de aumentar a produção interna e baixar o nível de consumo, não só para que o Rendimento Nacional não baixe, mas também para que os trabalhadores provem às forças contra-revolucionárias que, com vontade e unidade de acção, o Portugal Socialista será construído.

A vitória dos trabalhadores portugueses na batalha da produção, para que se importe cada vez menos e se invista, produtivamente, cada vez mais, para que sejamos mais independentes do imperialismo e para que todos os recursos, que provêm da colectividade, sejam postos ao serviço do nosso povo, é uma condição fundamental, para que se vença a guerra declarada ao regime capitalista, em Portugal, e se construa o socialismo.

A situação acima descrita, corresponde **«a uma fase socio-política de eliminação dos erros do capitalismo, monopolista e latifundiário, que caracterizava o nosso país»**, refere o documento do C.S.R.



A grave crise que o capitalismo internacional atravessa, também nos afecta, nomeadamente no turismo e noutros sectores dependentes do estrangeiro. Mas a frente política interna, contra a reacção, é fundamental para a economia.

É forçoso que **«o povo português tome, decididamente, a seu cargo, a construção do novo sistema económico socialista e que as classes trabalhadoras decidam, conscientemente, optar entre o socialismo, com os sacrifícios relativos e temporários, que exige a sua construção, e o capitalismo, com toda a opressão e exploração, que lhe são inerentes»**, reclama o C.S.R.

«De facto, se a liquidação do capitalismo exige a destruição do poder explorador da grande burguesia monopolista, latifundiária e financeira, a construção do socialismo exige trabalho, sacrifício e consciência política das classes trabalhadoras, visando a sociedade sem classes e sem exploração, mas não podendo significar, a curto prazo, que sejam resolvidas todas as injustiças criadas pelo anterior regime e que, de repente, possa pagar um salário a cada trabalhador português, correspondente às suas justas aspirações e reais necessidades.»

Eis algumas realidades sobre as quais, muitos trabalhadores de Portugal, têm de reflectir, encarando objectivamente a vida, fora de «paixões» que nada têm a ver com os seus interesses de classe explorada.

JOÃO MARTINS

HOTELEIROS RECLAMAM SANEAMENTO DOS ÓRGÃOS OFICIAIS DE TURISMO

Nos últimos dez anos, aproximadamente, o turismo português passou por uma fase de desenvolvimento considerável, sobretudo nas zonas onde o sol era vendido aos seus cultores, por preços que, se os compararmos a outros praticados na Europa, eram altamente tentadores. É claro que as estruturas que foram criadas para a promoção e sustentação desse tipo de turismo, tinham as mesmas características do regime que as fomentou, isto é, tinham um cariz elitista, coordenando a totalidade de serviços do sector para (a nível nacional), a média e alta burguesia, assim como (a nível internacional) para os turistas da Europa capitalista.

Criaram-se, deste modo, explorando ferozmente os trabalhadores (tanto os ligados directamente à indústria turística como os restantes trabalhadores nacionais), condições excelentes para o turista endinheirado, sonegando-os aqueles que, ao turismo, tinham e têm todo o direito (as classes trabalhadoras e mesmo a pequena burguesia) pois sendo elas que tudo produziam (e produzem), a elas assistiria o direito de retemperar forças, em estâncias turísticas organizadas para o efeito.

Também o capital estrangeiro, aproveitando-se do «maná» que era oferecido pelo governo fascista, que lhe permitiria, com a nossa mão-de-obra barata (explorada), construir hotéis de 5 estrelas, apartamentos de luxo, um mundo inacessível, portanto, aos trabalhadores, se integrou no processo de exploração capitalista, do homem pelo homem, do pobre pelo rico.

Naturalmente, nestas condições, o turismo já estava em crise.

Com o 25 de Abril, que, no caso vertente, significa uma alteração política profunda, a crise que se verificava nestas indústrias sofreu um agravamento que se manifesta, profundamente, pelo progressivo decréscimo de número de turistas.

Com efeito, a clientela burguesa e reaccionária da Europa capitalista, que nos habituámos a ver, gozando as delícias do nosso sol, e de tudo o resto que o dinheiro pode comprar e a sociedade de consumo (donde provinham e lhes ofereciam) lhes propunha, essa mesma, deixou de estar presente nas nossas praias, nos hotéis, nas esplanadas.

Desagradava-lhe, porque consciente do seu espírito de classe, o novo sistema proposto pelo M.F.A. Justiça e igualdade social são permissas desagradáveis aos ouvidos e ao modo de vida dos burgueses dessa Europa capitalista, pese, embora, os casos em que o capitalismo aparece encapotado pela sigla social-democrata.

Paralelamente, as campanhas difamatórias lançadas contra Portugal por essa Europa fora, através dos seus meios de comunicação, burgueses como ela (Europa), espantaram esses turistas potenciais, que recejam lhes venha a acontecer o mesmo que aos seus compadres que passeavam as suas perucas, as suas jóias, os seus cãezinhos de luxo, ou simplesmente os seus «shorts» e muitos dólares, pelas praias e ruas da Grécia!

A CRISE DE TURISMO ESTENDE-SE A TODA A EUROPA OCIDENTAL

Por outro lado, há que considerar que esta crise de turismo não é uma realidade só em Portugal mas que ela se estende a quase toda a Europa ocidental, devido, principalmente, à grave recessão económica que se manifesta em todo o mundo capitalista, com o inerente aumento de custo de vida e através de uma galopante taxa de desemprego.

O aumento dos preços do petróleo, imposto pelos países produtores, originou, igualmente, uma crise energética, de que resultou o aumento do custo das viagens, agravado pelo, cada vez menor, poder de compra das pessoas.

No entretanto, como se tem respondido, em Portugal, com vista à solução desta crise, a nível de todos os órgãos de decisão turística?

Ao que parece, se atentarmos nas opiniões dos dirigentes do Sindicato da Indústria Hoteleira, do Distrito de Lisboa, e se nos delivermos a apreciar os números estatísticos oficiais, pouco ou nada se tem feito nesse sentido.

Comecemos, pois, por comparar os números que nos foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística e pela Direcção Geral de Turismo, relativos à quantidade de estrangeiros entrados na Metrópole de 1973 até Junho de 1975.

1973	
De Janeiro a Junho	1 540 028
Total	4 079 712
1974	
De Janeiro a Junho	1 236 161
Total	2 621 802
1975	
De Janeiro a Junho	863 460

Se mantivermos, para calcular a diminuição total eventual de 1975, a diminuição percentual do primeiro semestre, obteremos um número de 1 832 639 turistas a entrar no País até ao fim do ano, o que é verdadeiramente alarmante.

Se atentarmos, agora, nas opiniões dos dirigentes sindicais, verificamos que em grande parte, as culpas são atribuídas à Direcção Geral de Turismo, para a qual reclamam um saneamento de competência, bem como para a Secretaria de Estado de Turismo.

Para provarem esta afirmação salientam o facto de a campanha de promoção turística, no estrangeiro, ter sido feita, quase exclusivamente, por intermédio de um pequeno livro, («Faça férias portuguesas»), que foi orçamentado em cerca de 4 mil contos, e cujo planeamento data de Outubro deste ano, embora só tenha vindo à luz do dia, que é como quem diz, só tenha começado a servir o fim a que se propunha, isto é, a promoção turística, já dentro da época turística de Verão.

Pretendem, também, institucionalizar uma nova época de turismo, aproveitando os atractivos que as vindimas podem oferecer



aos turistas; a campanha não foi ainda lançada e o Outono já está à porta...

Por outro lado, procurando propagandear o turismo português, formulam convites a determinados jornalistas, que sendo mal seleccionados (ou será que os seleccionaram mesmo!?), apresentam nos jornais que representam, artigos e fotografias que, mais ainda, desprestigiam o nosso turismo.

É o caso de um jornalista convidado pela D.G.T., que apresentou fotografias onde ele (jornalista como turista em Portugal) se via numa praia deserta, apenas rodeado por uma matilha... de cães; ou, ainda, o mesmo indivíduo aparecendo, em contraluz, na única janela iluminada de um dos grandes hotéis algarvios!

AUSÊNCIA DE IMIGRANTES

Consideram, igualmente, que a necessária campanha esclarecedora, junto dos nossos imigrantes, se não tem feito, o que provoca a grande ausência desses nossos compatriotas, desmobilizados pelas campanhas demagógicas e falsas dos reaccionários europeus.

O plano de emergência, para o sector interno, a curto e médio prazo, elaborado pela D.G.T., sem o concurso do sindicato, limita-se, segundo o parecer do Cipriano de Oliveira director da Federação Regional do Sul, a «**fazer afirmações de verdades estafadas, dando resposta às situações concretas, e embora o Conselho da Revolução tenha aprovado este plano, os trabalhadores do Sindicato reconhecem a sua inutilidade e, por isso, não o aprovam**».

Por outro lado, a Secretaria de Estado de Turismo enviou um grupo de trabalho à Jugoslávia, Bulgária, Roménia e Hungria, o qual estudou os processos de técnica hoteleira e turismo, aí utilizados, tendo-se constatado que, com vista a estabelecer um turismo social em Portugal «**o plano sindical de reconversão turística está certo nas linhas propostas, na justa medida em que um plano semelhante está a ser posto em prática, com sucesso, naqueles países**».

Nestas condições não se prevê qualquer aumento de turistas externos, para este ano, considerando-se, todavia, que a única maneira de se lançar o turismo nacional «**é através da execução do plano sindical. Caso contrário, o Estado terá à sua conta todas as unidades hoteleiras, por falta de solvência das mesmas**».

Entretanto está já em pleno funcionamento o Gitus (Grupo Intersindical para o Turismo Social), organismo de trabalhadores, feito para trabalhadores, acerca do qual o «Alavanca» deu notícias detalhadas, no número 27.

O Gitus, embora tenha tido que se estruturar desde a base, tem obtido bons resultados, sobretudo junto ao trabalhadores franceses o mesmo se passando a nível interno, com os trabalhadores nacionais.

Ora acontece que a D.G.T. não faz a devida publicidade ao Gitus, nem o apoia, resultando desta falta de coordenação e cooperação, prejuízo para o Estado e para os trabalhadores, sobretudo se tivermos em consideração o facto de o plano de promoção turística da D.G.T. ter custado cerca de 4 mil contos, e um outro, do Gitus, elaborado pelos trabalhadores, ter sido orcamentado em cerca de mil.

Como não há verba para o efeito, e atendendo à importância deste plano, necessário se torna que, ou o Estado, ou a Intersindical, o subsidiem.

É neste sentido que, conforme palavras do camarada Cipriano de

(Continua na página 7)

CONSERVEIROS DE SETÚBAL:
NACIONALIZAÇÃO DO SECTOR

A crise vem já de longe. Durante longos anos a indústria de conservas, conjuntamente com a cortiça e (quando da II Guerra Mundial) o volfrâmio, foi uma das principais fontes de receita do país.

Explorando uma mão-de-obra barata, em moldes artesanais, praticamente sem concorrência estrangeira, o negócio tornava-se rentável.

Velhos barcos de madeira, sem condições de ir muito ao largo, onde o peixe se encontrava, e onde marroquinos e espanhóis o iam apanhar.

«Eles fabricam em grande quantidade, mas as nossas conservas são as melhores do mundo em qualidade», alegavam os empresários, sentindo-se em situação cómoda.

Mas, como essa qualidade nem sempre se mantinha, aconteceu, até, que um carregamento para a Alemanha, estava podre. Nem já a qualidade valia...

Os trabalhadores foram sempre as grandes vítimas, pois os salários mantiveram-se baixos e foi necessário o 25 de Abril para a situação melhorar um pouco, graças a uma portaria que regulamentou a tabela salarial e serviu de plataforma de arranque para o novo CCT.

Para vencer a crise, três factos são necessários: modernização e reestruturação do sector, modernização das fábricas e, porque a indústria depende da pesca, a modernização da frota pesqueira que, por sua vez, implicará a criação de uma eficaz rede de frio.

ESPANHA E MARROCOS VENDEM MAIS BARATO

Se considerarmos, ainda, que as indústrias correspondentes de Espanha e Marrocos vendem os mesmos produtos a um preço bastante inferior ao praticado por nós, e que os países que tradicionalmente importavam os nossos produtos, deixaram de o fazer, preferindo, naturalmente, os mais baratos, podemos compreender quão desesperada é a situação.

Nestas condições, entende o camarada Samuel que se impõem, como soluções a curto prazo, as seguintes:

— Promover e fomentar a colocação das conservas no mercado externo.

«Não é exportando produtos de inferior qualidade ou diferentes das encomendadas que, e considerando que praticamos preços superiores, iremos cativar eventuais importadores. É o caso passado com conservas exportadas para a Alemanha Federal, pela firma Manuel Barroso, que chegaram podres ao destino.»

— Criação dos indispensáveis meios de frio nos principais portos de desembarque.

«Evitar-se-ia, deste modo, o desaproveitamento de peixe, que é deitado ao mar, assim como se criariam as condições necessárias para um adequado funcionamento desta indústria.»

— Reestruturação de toda a frota pesqueira?

«É indispensável construir embarcações que estejam equipadas, humana e materialmente, aos diversos tipos de pesca e de costa. Sem que isso seja feito, não teremos, nunca, a quantidade de matéria-prima que necessitamos.»

— Empréstimos da banca.

«Uma vez que (pelo menos é o que acontece em Setúbal) as fábricas são propriedade privada, não tendo, portanto, os trabalhadores bancários a indispensável confiança nos destinos a dar pelos patrões às quantias, eventualmente concedidas, que essa entidade patronal só possa efectuar levantamentos de empréstimos mediante a autorização de uma comissão de controlo, constituída por trabalhadores.

Esta solução evitará que a entidade patronal utilize aquele dinheiro no pagamento de dívidas pessoais (o que já se verificou), relegando para último plano o desenvolvimento da fábrica.»

— Tomada de atitude firme e urgente, por parte do Governo, que apoie, dinamize e ponha em execução estas reivindicações.

A mais longo prazo, embora não perdendo, nunca, de vista, a imperiosidade de que se reveste uma solução para o sector conserveiro, considera o representante do Sindicato da Indústria de Conservas de Setúbal, que duas nacionalizações, a do Comércio Externo e a da Indústria Conserveira se impunham.

Haveria, em ambos os casos, a possibilidade de uma perfeita planificação global, uma melhor fiscalização, desde a produção à distribuição, o que, inevitavelmente, daria como resultado o aproveitamento integral de uma indústria que, é sabido, foi uma das que, em tempo, deu mais lucros ao País.

CONSERVEIROS DE SETÚBAL

Muito se tem escrito e dito acerca da crise que atravessa, de há uns tempos a esta parte, a indústria de conservas. Duma maneira geral, com mais ou menos agravantes ou atenuantes, o panorama é alarmante, de norte a sul do País, merecendo, portanto, que as entidades competentes lhes prestem a devida atenção.

É necessário agora, mais do que nunca, e enquanto é tempo, que se recuperem, decisiva e prontamente, todos os bens nacionais que não estejam a produzir o que podem e devem.

Como porta-voz dos trabalhadores, o «Alavanca» dirigiu-se ao Sindicato Nacional da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal, onde Celestino Samuel, secretário da direcção daquele sindicato, nos deu a conhecer os problemas com que se debate o sector e quais as soluções preconizadas para os resolver.

«O centro conserveiro de Setúbal é constituído por 14 fábricas, sendo todas elas propriedades privadas. Neste momento, devido à má gestão das mesmas, 40 % não estão em condições de cumprir os seus compromissos salariais, por falta de liquidez. Daqui resulta que, se queremos continuar a trabalhar, pelo menos 7 ou 8 fábricas terão de fechar as suas portas, isto, entenda-se, se as coisas continuarem como até agora.»

E como têm corrido as coisas até ao momento?

Que medidas tomou o Governo, tendo em vista resolver esta situação?

Pois, segundo o camarada Samuel, nenhuma medida concreta foi tomada pelo Governo, **«à excepção de uma portaria que regulamentou a tabela de salários, em vigor, e que serviu de plataforma de arranque para o novo C.C.T., que se reveste, no caso, de uma grande justeza, pois que os trabalhadores da indústria conserveira sempre foram considerados uma classe inferior, sem qualquer tipo de regalias sociais. E, pelos vistos, continuamos na mesma: em todo o país os trabalhadores de outros sectores recebem o 13.º mês, enquanto a nós, conserveiros, só foram concedidas essas gratificações relativamente a duas semanas».**

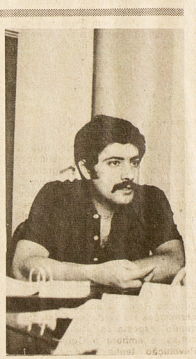
Por outro lado, e para lá da questão da insolvência de várias fábricas, há que considerar, igualmente, a falta de matéria-prima, já que nem sempre o resultado da pesca corresponde às necessidades do mercado.

«Se é verdade que, por vezes, a sardinha não vem às redes como seria de desejar, também, em muitas ocasiões, os pescadores se vêem forçados a deitar ao mar grandes quantidades de peixe, visto não terem, em terra, as necessárias estruturas (meios de frio), para receber o peixe que não tenha colocação imediata no mercado.»

Esta falta de matéria-prima é decorrente, também, da decrepitude e anacronismo da frota pesqueira, constituída por embarcações de madeira que não têm condições de navegação que lhes permita sair da barra. Ora, nem sempre os cardumes estão dentro da barra...

HOTELEIROS

Oliveira, **«se lança um apelo aos sindicatos, para que recopiem as informações e preços praticados pelo Gitus, e deles façam a maior divulgação, distribuindo-os pelos seus associados, uma vez que o Gitus está a trabalhar com a finalidade de proporcionar férias sociais, isto é, para os trabalhadores usando e praticando, condições de pagamento acessíveis à massa trabalhadora».**



QUE SEJAM OS TRABALHADORES A ESCOLHER OS SEUS DIRIGENTES

O camarada Cipriano continuou, para nos dizer que **«já que se fala tanto em poder popular, e estando os trabalhadores a pagar, e com juros, a ausência de turistas, ao menos que se deixe serem os trabalhadores a escolher os dirigentes para o turismo. Os indivíduos nomeados estão a causar a ruína do sector, por falta de competência, não podendo, até ao momento, os trabalhadores decidirem o seu afastamento. Embora sejam pagos a peso de ouro, como já o eram antes do 25 de Abril, estão a conduzir os trabalhadores e o Estado, para uma grave situação».**

Em suma: os trabalhadores do sector ligado ao turismo atribuem aos órgãos oficiais de turismo (D.G.T. e S.E.T.) a responsabilidade pela não promoção turística do País, bem como consideram a necessidade urgente de um efectivo saneamento, ao menos a nível de competência, daqueles duas organizações estatais.

A quem compete, pois, responder a estas reivindicações dos trabalhadores?

Será que o Governo receia tomar a defesa dos trabalhadores através de atitudes firmes, considerando a falta de técnicos preparados para responder às necessidades do sector; com novas perspectivas, que não, as de, a todo o custo e através de processos de exploração capitalista, fazer dinheiro, sem olhar a quê ou a quem?

«LUTA DE MO
CONTRA
URGENTE A NACIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EX

Tem sido árduo o caminho da nossa Revolução. Tem sido e continuará a sê-lo ainda por muito tempo. Alguém disse que todas as vitórias têm sempre qualquer coisa de amargo. É o caso. As coisas não se fazem do pé para a mão e muito menos uma Revolução. Diversos golpes já foram dados ao grande capital nacional. Foi o caso das nacionalizações da banca, dos seguros, dos transportes e outros sectores fundamentais da nossa economia. Trata-se da tal «luta de morte» de que já nos falou o companheiro Vasco Gonçalves. Mas essa luta não pode parar, caso contrário o fascismo estará de volta. Tudo isto a propósito do comércio externo. Desde há muito que a nacionalização deste sector da economia vem sendo reclamada pela grande maioria dos trabalhadores portugueses através das suas organizações de classe, nomeadamente, os sindicatos e a Intersindical Nacional. Mas vejamos, ainda que em traços largos, qual a importância do comércio externo para a nossa economia.



De um modo geral, o comércio externo é definido pelo conjunto de relações comerciais do interior para o exterior de determinado país ou do exterior para o interior. Consequentemente, regista-se um movimento de mercadorias produzidas em determinado país que são exportadas e outras mercadorias que são importadas. O conjunto das mercadorias que são exportadas e importadas são contabilizadas na balança comercial, aí se reflectindo as quantidades de mercadorias, o seu valor, os destinos dessas mesmas mercadorias, ou as suas origens no caso das importações.

Englobado no problema do comércio externo, e tendo em vista o desenvolvimento do modo de produção capitalista, põem-se problemas que não são apenas problemas de troca internacional de mercadorias, mas que são também a de exportação de capitais.

Quando o capitalismo se começou a desenvolver (séculos 18 e 19) o comércio internacional de mercadorias adquiriu um certo peso, ganhando, na fase imperialista, um peso cada vez mais determinado nos movimentos internacionais de capital.

Ora, o comércio externo reflecte o desenvolvimento das forças produtivas em geral, na medida em que conduz a uma divisão internacional do trabalho imposta pelos grandes países imperialistas, pelos grandes monopólios internacionais e que normalmente os beneficia directamente. Quer isto dizer que os países capitalistas desenvolvidos importam dos países explorados, chamados Terceiro Mundo, matérias-primas que são essenciais para o seu modo de produção interno. É o caso, por exemplo, do petróleo que tanto tem dado que falar. Por outro lado, os países explorados do Terceiro Mundo são obrigados a importar dos países desenvolvidos maquinaria e tudo o que é essencial para consumo das grandes massas trabalhadoras desses mesmos países.

PORTUGAL E O COMÉRCIO EXTERNO

Países existem cujo comércio externo pouco interfere no conjunto da actividade produtiva interna. Os Estados Unidos, por exemplo, devido à quantidade de exportação de capitais que efectua, a respectiva balança comercial tem um peso no conjunto da actividade produtiva da ordem dos cinco por cento. Portanto, pouco ou quase nada se faz sentir.

Em Portugal, em 1973, o movimento da balança comercial representou 48 por cento do produto nacional bruto, ou seja, o valor das mercadorias exportadas e importadas atingiu um número que representou em 73, quarenta e oito por cento e que em 74 ultrapassou largamente este número.

Quer isto dizer que Portugal está extraordinariamente inserido na tal divisão internacional do trabalho, até porque o mais importante não é o quantitativo absoluto, em si, da quantidade de mercadorias que são exportadas ou importadas, mas sobretudo o défice. O défice significa que Portugal em 1974 exportou mercadorias que não chegaram a cobrir 50 por cento das que foram importadas. Isto faz com que exista uma diferença de 55 milhões de contos entre os 57,4 milhões de contos que foram exportados e os 113,3 milhões que foram importados.

Este défice da balança comercial é normalmente coberto pelas transferências realizadas pelos imigrantes, e pela entrada de divisas provocada pelo turismo. Era assim que durante o fascismo se resolvia todos estes problemas. Simplesmente, o ano passado, as receitas do turismo e as remessas dos imigrantes não foram suficientes para cobrir os 55 milhões de contos de défice da balança comercial, provocando, por seu turno, um défice na balança de pagamentos da ordem dos 18 milhões de contos. Estes 18 milhões de contos foram, então, cobertos, recorrendo-se às reservas de divisas que o Banco de Portugal dispunha devido ao facto da balança de pagamentos dos anos anteriores ter sido positiva.

A SABOTAGEM ECONÓMICA

Porque razão, a situação se agravou de 73 para 74? Por um lado devido à sabotagem, quer interna quer externa, isto é, através da entrada e saída de mercadorias é perfeitamente possível aos capitalistas proceder à sub e sobrefacturação de produtos, isto porque não existe uma repartição de valores que exerça um controlo efectivo. Ou seja: os produtos não são facturados segundo os seus preços exactos, manobrando os preços segundo as suas conveniências.

A prova do que ficou dito é-nos dada pelo facto de o preço médio por tonelada importada ter descido 30,4 por cento, enquanto que o preço médio por tonelada exportada desceu apenas 23 por cento.

Chama-se a isto uma deterioração dos termos de troca.

Outro aspecto que deveremos ter em conta é a estrutura da balança comercial, factor de grande importância para a análise do nosso comércio externo.

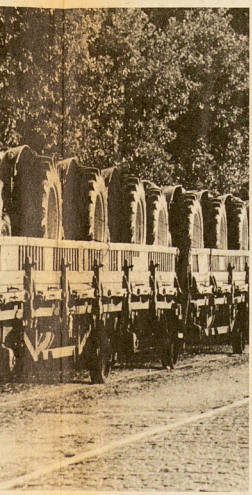
A estrutura define-se normalmente, através de dois elementos. Em primeiro lugar, os destinos e origens das mercadorias. Ao analisar-se a balança comercial portuguesa, verifica-se que um pequeno número de países (7 países) domina mais de 80 por cento do comércio externo português, quer das importações quer das exportações. Se nos debruçarmos um pouco mais sobre este assunto verificamos que a República Federal Alemã, a França, a Grã-Bretanha, a Suécia e os Estados Unidos da América retêm mais de 50 por cento das exportações e importações.

O segundo elemento da estrutura é saber quais os produtos exportados e importados. Devido à divisão in
lho imposta
e pelos gove
acontece qu
desenvolverar
tores da acti
vam aos país
volvidos, nom
têxtil, pastas
co de papel
vinhos, proc
com a corti
outros produt
a indústria e
dizer que tod
que são exp
não são esse
qualquer altu
tadores corta
das. Daí que
tugal é um
comércio ext
talistas.

Quanto às
então, que i
produtos qu
para a nossa
tiva. É o ca
ferro ou aço
o açúcar, o
matérias-prima

MORTE
A O CAPITAL»

MÉRCIO EXTERNO



tonelada
os 23 por

deteriori-
ca.
feveremos
ra da ba-
e grande
nálise do

normal-
elemen-
os dest-
rcadorias.
a comer-
a-se que
países (7
e 80 por
erno por-
ções quer
os debru-
obre este
a Repú-
França, a
os Esta-
ca retêm
as expor-

da estru-
produtos
s. Devido

à divisão internacional do traba-lho imposta pelas multinacionais e pelos governos ao seu serviço, acontece que em Portugal se desenvolveram determinados sec-tores da actividade que interessa-vam aos países capitalistas desen-volvidos, nomeadamente, o sector têxtil, pastas químicas para fabri-co de papel, polpas de tomate, vinhos, produtos agro-florestais com a cortiça, por exemplo, e outros produtos relacionados com a indústria electrónica. Quer isto dizer que todo o tipo de produtos que são exportados de Portugal não são essenciais podendo, em qualquer altura, os países impor-tadores cortar as suas encomen-das. Daí que se diga que Por-tugal é um país dependente do comércio externo dos países capi-talistas.

Quanto às importações temos, então, que ir buscar lá fora os produtos que são fundamentais para a nossa actividade produ-tiva. É o caso do petróleo, do ferro ou aço, o milho, o trigo, o açúcar, o bacalhau e outras matérias-primas.

6. PRINCIPAIS MERCADORIAS IMPORTADAS

(valores em milhares de contos) — ano base: 1974

N.º de ordem	Mercadorias	1972	1973		1974 (*)	
		Valores	Valores	Índice de variação do valor em relação ao ano anterior	Valores	Índice de variação do valor em relação ao ano anterior
1	Petróleo ou óleos minerais betumi-nosos, em bruto	2 462,2	3 161,9	+ 28,4	11 475,7	+ 262,9
2	Ferro ou aço em bruto e semi-tra-balhado	2 086,7	3 008,7	+ 44,2	6 144,1	+ 104,2
3	Milho	1 035,5	2 058,9	+ 98,8	3 751,6	+ 82,2
4	Automóveis para o trans. de pes-soas ou mercadorias	3 725,8	2 928,5	— 21,4	3 235,2	+ 10,5
5	Algodão em rama não tinto	1 585,1	3 460,1	+ 118,3	2 964,7	— 14,3
6	Açúcar	970,1	1 101,0	+ 13,5	2 954,2	+ 168,3
7	Trigo	407,2	744,2	+ 82,8	1 851,9	+ 148,8
8	Produtos de polimerização, etc., prod. para moldação	698,1	1 110,6	+ 59,1	1 735,9	+ 56,3
9	Bacalhau	1 120,9	1 013,2	— 9,6	1 720,1	+ 69,8
10	Chapas de ferro macio ou aço	606,3	937,2	+ 54,6	1 712,0	+ 82,7
11	Sementes e frutos oleagin.	973,8	1 137,4	+ 16,8	1 566,1	+ 37,7
12	Fibras têxteis sint. ou art. descontí-nuas, em rama	724,6	933,1	+ 30,6	1 377,0	+ 47,6
13	Carne de gado bovino	804,0	583,3	— 28,4	1 294,2	+ 121,9
14	Fios de fibras têxteis sint. ou art. contínuas	750,5	1 024,9	+ 36,6	1 261,5	+ 23,1
15	Aeronaves, partes e peças separa-das	1 559,1	528,4	— 66,1	1 105,2	+ 109,2
16	Tractores, não montados pela indús-tria nacional	536,1	718,7	+ 34,1	1 005,6	+ 39,9
	Total de Amostragem	20 835,5	24 450,1	+ 22,0	45 155,0	+ 84,7
	% em relação ao total	33,0	32,7		39,8	

QUE FAZER?

Pelo que ficou dito parece não restarem dúvidas quanto à impor-tância do comércio externo para a nossa economia. No entanto, não têm sido tomadas medidas globais quanto à política do co-mércio externo. As importações não são efectuadas tomando em consideração as necessidades do desenvolvimento socio-económico que vão de encontro aos interes-ses das camadas trabalhadoras. Constata-se, assim, a entrada no nosso país de muitos produtos que apenas são consumidos pe-las classes mais favorecidas e que contribuem para o desiquilíbrio das nossas trocas comerciais im-pedindo, deste modo, a implanta-ção de uma política de austeri-dade.

Haverá, pois, que favorecer os consumos colectivos, em detri-mento dos individuais, devendo-se, para tanto, tomar medidas concretas e enérgicas. Dentro dessas medidas tem lugar, justa-mente a nacionalização do comér-cio externo. A nacionalização não deverá estender-se a todas as companhias que operam a nível do mercado internacional, uma vez que seria praticamente im-possível dado existirem milhares de companhias desse tipo, mas deve ser entendida como se tra-tando de uma intervenção enér-gica do Estado em todos estes aspectos do comércio externo que passam nomeadamente, pela constituição de empresas públi-cas e empresas estatais para o comércio externo, devendo, estas últimas, agir em sistema de mono-pólio relativamente a certos pro-dutos que são essenciais, e ao mesmo tempo congregar todas as pequenas e médias empresas.

Das medidas apontadas resul-tará a vantagem imediata de, pelo seu nível de transacções, poder-se escolher fornecedores, impôr qualidades e mesmo preços, con-trolar a fuga de divisas e uniformizar os produtos comprados.

Por outro lado, haverá que di-versificar as relações comerciais, em particular com os países so-cialistas e países em vias de desenvolvimento do chamado Ter-ceiro Mundo, contrariando a actual concentração do comércio externo cujas consequências es-tão já a ser sentidas devido às imposições e dificuldades que os principais países capitalistas nos estão a criar.

A nível interno, dever-se-ão to-mar medidas de restrição da im-portação de bens de consumo su-pérfluos e luxuosos cuja compra, além de fazer sair importantes quantitativos de divisas, contribui para a manutenção das actuais estruturas de consumo muito aci-ma das nossas possibilidades.

Finalmente, há que ter em conta a diversificação dos produtos a exportar com base nos que con-tenham maior valor acrescentado e, inclusivamente exportação de tecnologia, o que em alguns sec-tores é possível, nomeadamente para os países do Terceiro Mun-do. Impõe-se sublinhar esta me-dida pois não temos aproveitado convenientemente para a expor-tação, as nossas possibilidades tecnológicas superiores às dos países em vias de desenvolvi-mento.



15 JULHO
15 SETEMBRO

ALDEIA DA JUVENTUDE

LISBOA-CIDADE UNIVERSITÁRIA

pró-UNEP / TE / NE / UE / INTERSINDICAL (Dep. Juventude) / MFA (Gabinete) / FAO / DGT / DGD / CD/UL

A realização de um grande acampamento onde a juventude trabalhadora e estudantil de diversos pontos do globo pudesse conviver abertamente foi um sonho dos jovens portugueses durante o fascismo.

ALDEIA DA JUVENTUDE
UM SONHO QUE SE CONCRETIZA

«PELA UNIDADE E SOLIDARIEDADE ANTI-IMPERIALISTA, A PAZ E A AMIZADE»

Com o 25 de Abril e a instauração das liberdades democráticas, o sonho tornou-se realidade — a Aldeia da Juventude acampamento — convívio, de âmbito nacional e internacional, decorre em Lisboa, na Cidade Universitária, de 15 de Julho a 15 de Setembro, sob a consigna «Pela Unidade e Solidariedade Anti-imperialista a Paz e a Amizade».

A Aldeia, organização conjunta do Turismo Estudantil, Comissão Pró-UNEP, União Internacional dos Estudantes, FAO, DGT, DGD, CD UL, MFA e também Departamento da Juventude da Intersindical, propõe-se promover o conhecimento de realidades diferentes, desenvolver a prática associativa e unitária entre a juventude, proporcionar a prática do convívio e intercâmbio entre os jovens trabalhadores e estudantes e fomentar o espírito de solidariedade entre a juventude e, particularmente, a sua solidariedade com o processo democrático e revolucionário em Portugal, com o Povo Português e todos os povos oprimidos do Mundo.

Os jovens campistas participam em jornadas de trabalho voluntário, em sessões de cinema, teatro, música e canto, em múltiplas realizações desportivas e outras iniciativas de carácter social e cultural.

Estiveram na Aldeia, até agora, cerca de 1700 jovens na sua maioria estrangeiros que, além do convívio são e clima de entusiasmo e alegria que viveram no acampamento, puderam tomar conhecimento da realidade portuguesa e ser porta-vozes, nos seus países de origem da nossa Revolução. «Esta será a nossa maior prova de solidariedade com o Povo Português — disse-nos um jovem estudante de medicina argentino que vive há vários dias na Aldeia. E continuou: «Na realidade o que se lê na Imprensa dos nossos países é completamente errado. Tivemos oportunidade de visitar unidades de produção e contactar com muitos trabalhadores portugueses, constatando que aquilo que nos dizem nos nossos países é absolutamente deturpado. Compete-nos agora, quando regressarmos a casa, contribuir para o desmascaramento das falsas notícias que nos têm sido transmitidas».



A Aldeia culminará com a realização da Semana Internacional de 1 a 7 de Setembro. O programa desta jornada engloba jornadas de solidariedade com os povos das ex-colónias portuguesas e com o Povo do Chile, jornadas comemorativas do Ano Internacional da Mulher e do 30.º Aniversário da Vitória sobre o nazi-fascismo e, nos dias 6 e 7, um festival da canção política onde participarão grupos musicais como «Aparcoa» do Chile, «Sans Family» da Irlanda, «Agit Prop» da Finlândia, «Pablo Neruda», da República Democrática Alemã e nomes como Yamandy Palacios do Uruguai, Luis Cilia, J.J. Letria, Carlos Paredes, Joan Baez, grupos folclóricos da URSS, Bulgária, Hungria, etc.

A Aldeia da Juventude e a continuação do seu êxito depende de uma ampla e unitária participação de todos os jovens trabalhadores e estudantes interessados não só na organização das diversas actividades, como da divulgação e da perspectivação da iniciativa à escala nacional e internacional.

Jovem trabalhador, a tua participação é indispensável! Vem até à Aldeia conviver com jovens de diversos países, vem trocar experiências, vem participar nas jornadas de trabalho voluntário ajudando a edificar o Portugal novo que desejamos. As condições de participação são as seguintes:

a) Não há limite de idade;

b) RESERVAS — Podem ser feitas pelo correio, pessoalmente aos balcões do TE ou directamente com o representante do TE na ALDEIA, ou enviando ficha de inscrição, ou directamente, para o Departamento da Juventude da Intersindical;

c) PAGAMENTO — Será feito à entrada da ALDEIA directamente ao representante do TE;

d) CANCELAMENTOS — Quando efectuados até 10 dias antes do início do serviço a taxa de cancelamento será de 10 por cento quando efectuados com menos de 10 dias de antecedência relativamente ao início do serviço dever-se-á proceder ao pagamento referente a 3 noites;

e) Estada mínima — 3 noites;

f) Preço por noite 10$00;

g) Alojamento — Tendas militares com 8, 9, e 10 camas «camping»; o participante deverá trazer o seu saco-cama e, se possível, a tenda, embora o preço seja o mesmo;

h) Facilidades na — perto da ALDEIA — Restaurante universitário; preço por refeição — 15$00 para o utente da ALDEIA, instalações sanitárias, campos de jogos, café-esplanada.

EM BEJA A LUTA CONTINUA

A REFORMA AGRÁRIA COMEÇA A SER UMA REALIDADE

Sob o calor escaldante que abrasa a terra alentejana, léguas em redor os campos rasos da planície surgem inseparadamente dourados e viçosos, como se uma seiva nova os tivesse feito renascer. É o mesmo brilho que há nos olhos do povo, um certo brilho de vitória. Vitória a que há muito sabiam ter direito e pela qual lutaram quantas vezes com a própria vida. Muitos ficaram pelo caminho, mas nenhum vencido. E cada companheiro caído foi mais uma razão a acrescentar à luta.

Trabalhadores alentejanos, mulheres e homens, foram exemplo de firmeza e coragem perante a repressão fascista que nunca os poupou. A fome e a miséria obrigou-os a unir esforços, a combater o inimigo sistematicamente e em conjunto. «Um homem só não vale nada», dizia a Mariana de Seara de Vento. O trabalhador alentejano sabia-o e por isso tem sempre oposto uma resistência tenaz às manobras divisionistas de que tem sido alvo.

Organizado e com uma consciência política aprendida na luta, o alentejano soube ultrapassar o próprio processo revolucionário. A Reforma Agrária, que se impunha com urgência para avanço concreto desse mesmo processo, mas continuava semidormecida entre as alcatifas de certos gabinetes, foi corajosamente iniciada pelos trabalhadores, iniciativa que acabou por pressionar as estruturas ministeriais.

Foi em Beja que a Reforma Agrária deu o primeiro passo em frente e nas herdades da região que os trabalhadores puseram em prática a ideia de que a terra é de quem a trabalha, ocupando grandes propriedades quase abandonadas, pertença de latifundiários que continuavam a jogar a última cartada reaccionária, na esperança de levar o país ao caos económico que facilmente lhes devolveria o predomínio perdido.

Para falarmos um pouco do que tem sido essa luta, das conquistas já conseguidas e do muito que há ainda para fazer, procurámos Francisco da Ascensão Baptista, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores do Distrito de Beja, a quem começámos por pedir que nos falasse sobre o Encontro Unitário de Trabalhadores, recentemente realizado em...

O trabalhador alentejano não cede porque lhe rói na carne o peso da ditadura

— Foi através do Partido Comunista que se realizou o Encontro Unitário dos Trabalhadores, relativo às herdades colectivas e até com vista a novas cooperativas agrícolas, isto no referente ao distrito — diz-nos Francisco Baptista. Portanto foram ouvidas as Comissões de Trabalhadores das herdades colectivas no sentido de se procurar saber quais as necessidades que havia nessas propriedades, tomando em linha de conta aquilo que fosse preciso levar-se ao conhecimento das entidades ministeriais. Porque nós sabemos que houve um boicote sistemático por parte dos agrários.

— E além desse boicote, eles fizeram qualquer tipo de agressão directa aos trabalhadores?

— Não, eles aqui ainda não levantaram cabeça e é muito difícil que isso venha a acontecer. Em Évora é que houve qualquer coisa no género. Eu não sei que possibilidades de unidade haverá em Évora, mas penso que também ali os trabalhadores estão verdadeiramente unidos. Aconteceu é que por várias razões, no início da formação do sindicato em Évora, parece que houve ali qualquer brecha. Brecha essa que depois veio a coincidir precisamente com o atraso da unidade dos trabalhadores, pois como tal teve que ser destituída essa direcção e substituída por uma nova. Aqui não há problemas nesse aspecto na medida em que o trabalhador de Beja, através de concentrações a nível de distrito, de concelho e até a nível de freguesia, tem provado bem a sua consciência política e o caminho que pretende seguir.

— De uma maneira geral o trabalhador alentejano tem bastante consciência dos seus direitos.

— É que em certa medida os trabalhadores aqui não iniciaram a sua luta frente ao patronato depois do 25 de Abril. É uma luta que tem vindo a travar-se há uns vinte ou trinta anos. Ró-lhes na carne o peso da ditadura, porque eles foram sempre atacados pelas forças repressivas. Por conseguinte estão pouco mais ou menos mentalizados no sentido de saberem aquilo que pretendem e o que devem atingir. Não recuam perante qualquer força repressiva que se lhes oponha. Antes pelo contrário, avançam ainda mais. Tenho conhecimento que no Norte há uma retracção por parte dos agrários em relação aos trabalhadores. É que no Norte abunda o caciquismo...

— E há também a pressão exercida por certos padres reaccionários.

— Pois claro, que tentam levar os trabalhadores a uns certos e determinados pólos que não condizem com os seus verdadeiros interesses. Aqui isso não sucede. É muito difícil haver uma desunião da parte dos trabalhadores. A luta desies já vem muito de trás.

— A própria trabalhadora alentejana foi das primeiras mulheres a iniciar a defesa dos seus direitos.

— É que precisamente a mulher alentejana foi escrava tal como foi o homem alentejano. Portanto ela era vítima da mesma ditadura. E face a isso, pois com certeza rapidamente se organizou e se preparou na luta contra o principal inimigo que era o patrão, aquele que a explorou e oprimiu. Era ele que quando o trabalhador ou a trabalhadora exigia um aumento de salário de dez tostões, a empurrava para a cadeia. Dado que a mulher foi uma vítima igual a nós, considera-se portanto com os mesmos direitos que os homens, que na verdade os tem. Não podemos dizer que sejam todas as mulheres, mas sabemos que 70 a 80 por cento da população de mulheres que trabalha no campo, enfrenta o inimigo sem qualquer problema.

«Eu penso até que o processo revolucionário só avança quando as bases o exigem»

É indiscutível que a iniciativa e organização do trabalhador alentejano, que avançou para a Reforma Agrária, forçando por assim dizer uma certa passividade ou imobilismo das estruturas governamentais, foi decisiva para a concretização de um dos pontos mais importantes do processo revolucionário. Francisco Baptista concorda connosco e vai até mais longe:

— Eu penso que o processo revolucionário só avança quando as bases o exigem. Ora o trabalhador alentejano sofreu muito e agora chegou a altura de exigir os seus direitos. Eu não quero dizer que no Norte os trabalhadores não tenham também sido vítimas tal e qual como nós.

— Talvez seja diferente devido a que no Norte quase que só existe a pequena propriedade.

— Sim, enquanto que aqui existe o latifundiário, ali existe o minifundiário, portanto a luta é totalmente diferente e há um aspecto político que está à vista. Mas por outro lado também não é só isso. Enquanto que o catecismo, portanto as forças eclesiásticas predominam no Norte e consequem levar as pessoas a atitudes que no fundo não resolvem os seus verdadeiros problemas, no Sul é precisamente o contrário. Quer dizer, as pessoas aqui estão afastadas da Igreja porque vêem que não é ela que defende os seus interesses. Esses só eles é que os podem resolver. Portanto os trabalhadores ao avançar passam por cima de tudo e mais alguma coisa, quando vêem que alguém se opõe a esse processo e tentam ultrapassar a barreira.

— E se a barreira surgir através da burocracias e da consequente demora em aprovar as leis que se impõem?

— Pois nesse caso há moções a apresentar e outras coisas que pressionem os próprios organismos. Faz-me lembrar por exemplo o que aconteceu com o primeiro Contrato Colectivo de Trabalho que aqui tivemos e que terminou em 30 de Setembro. Pois nós precisávamos de uma força jurídica para esse Contrato. É certo que os patrões o tinham assinado, mas também é certo que após a assinatura eles começaram a alterar tudo aquilo que tinham assinado, a não aceitar os trabalhadores, a recusar sistematicamente o pagamento, a despedir trabalhadores em massa e por aí fora. Faltava a força jurídica e nós sabíamos o interesse que havia em que fosse publicado no Diário do Governo esse Contrato Colectivo de Trabalho, assinado entre patrões e trabalhadores. É hoje, é amanhã, é outro dia, e nós a apitarmos para o Ministério, inclusivamente a irmos lá e nada se fazia. É vergonhoso dizer-se que tivemos que ameaçar o próprio Estado. Pois aquilo não se fazia e nós só tínhamos uma solução, que era sair para a rua com uma greve a nível de distrito. Mobilizarmos os trabalhadores e avançarmos, e eles que fizessem o que quisessem. Após várias tentativas da nossa parte e esforços no mesmo sentido, lá conseguimos o que era justo. Mas é de lastimar que os trabalhadores, tendo uma certa confiança nesses Ministérios, por vezes tenham que se voltar contra eles para que sejam aprovados certos artigos que defendam os verdadeiros interesses dos trabalhadores. Eles dizem que estão ali para defender os trabalhadores mas isso é só em teoria, porque muitas vezes na prática a coisa é diferente.

«A direcção nunca avança sem que primeiro ausculte a base»

O tal imobilismo que nem sempre será mal intencionado, mas que cria problemas a um processo que todos queremos ver avançar. Sem demoras. Nem entraves injustificados.

— Vocês estão portanto em contacto constante com os trabalhadores, não é verdade?

— Sim e sob o aspecto de organização dos trabalhadores não temos problemas, pois sabemos de antemão que eles confiam em nós. Por outro lado temos um contacto directo com eles todos os dias pelo telefone, ou então através a locais onde haja menos esclarecimento ou uma certa divisão. Como é natural são coisas que ainda estão na ordem do dia, pois uma revolução deste tipo não é tudo isso. Portanto vamos junto deles a fim de consciencializá-los ou até para tirar certas conclusões para que nós próprios possamos avançar. Isto é, a direcção nunca avança sem que primeiro auscolte a base. Pensamos que se a direcção do sindicato tentasse avançar sozinha, sem que as bases tivessem conhecimento, isso seria desligar as bases da cúpula e por outro lado nós próprios ficávamos sujeitos a cair num buraco, como se costuma dizer. Quando a direcção pensa tomar medidas para avançar com qualquer processo, ausculta as bases e mediante o que as bases prevêem, põe-nas a pensar. Elas é que dirão aquilo que precisam e aquilo que querem. Face àquilo que elas pedem nós avançamos sem receios, pois sabemos que estão conscientes daquilo que exigiram.

— Portanto aqui no Alentejo o latifundiário não conseguiu captar o trabalhador.

— Aqui é muito difícil o latifundiário captar ou manipular qualquer trabalhador na medida em que o trabalhador está consciencializadamente preparado e por outro lado sabe que no seu sindicato a direcção foi eleita por ele e que portanto está pronta a lutar pelos seus interesses, custe a quem custar. Além de que a direcção também tem mostrado que só à base de unidade é que se vencem as lutas. Não há semana

→

ISIDORO (MONTIJO)

«O PATRÃO DÁ PORQUE QUER»

A firma ISIDORO (Montijo) é uma das tantas empresas que estremeceram com o 25 de Abril. No pouco tempo que estivemos entre os trabalhadores daquela empresa apercebemo-nos de alguns problemas, que propositadamente relegamos para segundo plano. Eles dizem respeito aos mil e tal fiambres, que agora não se produzem, à obtenção de matéria-prima, às infra-estruturas e deficientes condições de trabalho e a consultas que a comissão de trabalhadores tentou junto do Gabinete do Primeiro-Ministro, Conselho da Revolução, Comércio Externo e Junta Nacional de Produtos Pecuários, com o fim de esclarecer o que se passa na firma.

Verificou-se, efectivamente, uma uma baixa de produção. Pensa-se que ela se deve a uma restrição, confirmada pela Junta Nacional de Produtos Pecuários, na importação de «pernas de porco», a favor do escoamento da matéria-prima nacional. Só que, no caso da Isidoro do Montijo, as instalações de matadouro, câmaras frigoríficas, etc., não estão à altura de poderem funcionar de maneira a prescindir do produto importado.

Talvez as obras que estão em curso para a construção de outra fábrica venham resolver o problema, a menos que o 25 de Abril tenha emperrado as máquinas... A continuar naquelas instalações, dificilmente a Isidoro poderá voltar aos mil e tal fiambres por dia.

A acompanhar-nos estiveram o José Miranda, da comissão de trabalhadores, e a Aurora Celeste, que trabalhando na firma, é também dirigente do Sindicato da Indústria de Chacinaria do Distrito de Setúbal.

É para eles, na qualidade de representantes dos trabalhadores, que «Alavanca» reformulou alguns dos problemas apresentados.

Que o vosso Sindicato é pequeno, que os trabalhadores não vos dão o apoio necessário, que sofreis as invectivas do patronato reaccionário... pois, são problemas, que em maior ou menor escala, se fazem sentir um pouco por todo o lado.

Com efeito, pouco mais de um ano passou sobre o 25 de Abril; a organização operária está no seu início e será, conscientes disso, que dia a dia os trabalhadores terão de repensar as suas formas de luta, prosseguindo-as com redobrado vigor.

A camarada Aurora disse-nos que há tempos tiveram de se socorrer de trabalhadores metalúrgicos para um piquete no sindicato. José Fernando, por seu lado, debate-se com a pouca participação dos trabalhadores, nas reuniões e debates que a comissão promove. Falam-nos da luta do sindicato junto de patrões, que mais as gostavam de ver pela janela fora, e contam-nos episódios sobre a pouca permeabilidade dos trabalhadores à informação sindical. Referem o bom fim a que têm chegado as lutas do sindicato e da comissão de trabalhadores e o quanto ficam chocados por ouvirem, dos próprios interessados, que «**o patrão dá porque quer**».

Pois, camaradas:

O trabalho é a nossa tarefa comum de construção da sociedade. Nunca nos disseram isso, antigamente, mas em contrapartida fizeram-nos sentir o peso de um trabalho escravizante e votado ao enriquecimento do patrão.

Informação? Habituaram-nos ao Benfica-Sporting desviando-nos estrategicamente de toda a participação política. Ou por outra: Quantos de nós sabem ler e escrever?

As condições de trabalho das nossas fábricas, não são o melhor convite a olharmos desesperadamente para o portão de saída? Não será o trabalho suficientemente desgastante, para nos levar a abandonar tudo e todos, no fim da jornada de cada dia?

E mais! Bem era que a canseira dos trabalhadores terminasse à saída da fábrica.

Nem sempre cabe ao que semeia, colher o fruto. Os trabalhadores compreenderão, um dia, que os mais animosos lutaram por eles, conseguindo regalias impensáveis à data do 25 de Abril. Contra o trabalho «à hora» eles fixaram 45 horas semanais; contra ordenados de fome, ganharam primeiramente um ordenado mínimo, que logo de seguida fizeram subir a 5000$00 e 7000$00 respectivamente para mulheres e homens com férias e demais subsídios... e a luta continua até que a unidade das massas trabalhadoras seja um facto.

O processo é irreversível. Eles sentirão que não mais há patrões; que a riqueza de uns será a riqueza dos outros; que ao trabalho se seguirá um tempo de descanso; que as vitórias dos outros serão as deles e que as classes em que nos dividiram, para nos dominar, acabarão por cair de velhas.

Ah! Só um recado para os trabalhadores, homens e mulheres da firma Isidoro. Esse «ALAVANCA», que aparece por aí todas as semanas, é para vós como é para todos os trabalhadores. «Alavanca» não dá notícias. Ele pretende ser uma arma nas mãos de todos os trabalhadores, enquanto as suas poucas páginas conseguirem dar a perspectiva da luta comum, que é a luta de todos nós, para a construção de uma sociedade mais justa e melhor.



Produtos Isidoro — ou a crise que se vai desenhando numa firma preparada mais para importar do que para transformar a matéria-prima nacional

EM BEJA A LUTA CONTINUA

←

nenhuma que a gente não saia com um, dois ou três comunicados cá para fora. O dinheiro é para defesa dos trabalhadores, por conseguinte não nos importamos de gastar cem ou duzentos escudos. Gasta-se aquilo que for necessário, o que é preciso é provar que aquilo que se gasta é em defesa dos trabalhadores.

— Em relação às propriedades desta região que foram ocupadas pelos trabalhadores e que estão a ser trabalhadas por eles, o resultado tem sido muito positivo, não é verdade? Parece que as próprias colheitas tiveram um aumento extraordinário.

— Em relação aos outros anos, pensamos que haja cerca de 60 por cento no aumento da produção nas culturas. É verdade que na cultura quem manda é o tempo, por isso nunca sabemos o que vai acontecer. É claro que o ano pode ser bom, mas se a seara não for tratada já se sabe que ela não dá. Não há dúvida que este ano foi um ano excepcional para isso, mas também houve por parte dos trabalhadores um interesse muito maior no trabalho, porque a luta era deles.

Os agrários não desistem, mas o trabalhador continua atento

— No entanto a luta do trabalhador contra o patronato continua.

— O que nós notamos aqui na zona é que os agrários do distrito tentam fazer uma fuga de capitais e fazem-na da seguinte maneira: se eles desconfiam que certas propriedades vão ser colectivizadas, resolvem abater tudo o que lá têm. Há propriedades muito grandes e já se sabe que vem a incidir sobre elas a lei da reforma agrária. Sabendo disto, eles precavêem-se e se por acaso lá têm gado vendem-no para abate ou vendem-no não se sabe como. Porque eles sabem que mesmo vendendo-o muito barato descapitalizam a propriedade e por outro lado realizam capital. Ao realizar esse capital, ele desaparece. Se eles vendessem o gado e o dinheiro entrasse novamente na banca, então estávamos de acordo. Mas ele não entra. Acontece que eles ao venderem o gado logem com esse dinheiro. Mas não só: depois quando necessitam de dinheiro para pagar aos trabalhadores, vão ao banco levantá-lo. Nessa altura diremos que há uma fuga de capitais também da banca.

— E o que estão vocês a fazer para tentar evitar isso?

— Nós e o I.R.A. estamos a fazer diligências no sentido que qualquer indivíduo que pense em vender gado tem de lá ir e é reconhecido por eles e por nós. Mas há muitos que não vêm aqui nem vão lá e nós não podemos estar na estrada a vigiar. O que sabemos é que os agrários quando querem vender têm quem lhes compre, portanto há um circuito de comercialização entre os agrários e alguém. Nós perguntamos é como é que se justifica que em propriedades que estão sob o controlo dos trabalhadores neste momento e em relação às quais há cinco meses vimos pedindo sistematicamente que nos déem o circuito de comercialização desses gados, esse circuito não nos é dado.

— E isso depende de quem?

— Da Junta Nacional dos Produtos Pecuários. Não direi que seja mesmo o director, mas há alguém que entrava o circuito de comercialização entre as explorações colectivas dos trabalhadores agrícolas de Beja e a Junta Nacional dos Produtos Pecuários. Há alguém que faz uma barragem. Eu, por exemplo, tive uma reunião com o director da Junta Nacional dos Produtos Pecuários em que ele afirmou, e isto já lá vão dois meses e meio pelo menos, que teria prioridade todo o gado que fizesse parte das explorações colectivas de Beja. Como é que se justifica que passados dois meses ainda não haja o circuito de comercialização entre as explorações colectivas e a Junta dos Produtos Pecuários?

A pergunta fica em suspenso. A resposta pertence a quem de direito.

OLHA... NÃO HÁ ÁGUA!

«Sabia que... gota a gota consome 46 litros de água por dia? «Esta a pergunta que nos é posta pela Comissão de Trabalhadores para o controlo do consumo de água, da E. P. A. L. (Empresa Pública das Águas de Lisboa), através de um folheto em que nos contam as dificuldades de abastecimento de água a Lisboa e regiões limítrofes.

«Controlar o consumo de água? — perguntará o leitor — mas muitas vezes até nem há!»

Por isso mesmo, há que tomar medidas no sentido de evitar desperdícios do tão precioso líquido. Mas, sobretudo isto, muito nos contaram os camaradas António Martins e José Aparício da tal comissão de controlo. Eis o que, um deles, começou por nos declarar: **«A Comissão Coordenadora de Trabalhadores da E. P. A. L., durante uma assembleia, apresentou uma proposta de nomeação desta comissão com o fim de alertar e esclarecer a população sobre os problemas existentes com a distribuição de água. Se se continuar a gastar água como até aqui corremos fortes riscos de vir a ficar sem o precioso líquido durante bastantes dias.»**

Segundo os nossos entrevistados têm-se verificado ultimamente um aumento considerável do consumo de água. Porquê? **«Para lá do aumento populacional que se tem registado** — Adiantou-nos António Martins — **verifica-se que a grande maioria das pessoas não sabe consumir água. Eu explico melhor. Em vez de se tomar duche, por exemplo, toma-se banho de imersão, lava-se a loiça com água a correr constantemente, os jardins não são regados, são lavados! Enfim, tudo isto junto provoca um consumo desnecessário.»**

Mas há que distinguir os grandes e os pequenos consumidores. Os primeiros (muitos deles possuidores de piscina particular) chegam a gastar 2000 metros cúbicos de água mensalmente, enquanto os segundos, por vezes, nem 10 metros cúbicos despendem no mesmo espaço de tempo.

Sobre este problema, um dos nossos interlocutores adiantou-nos: **«Consideramos grandes consumidores aqueles que gastam mais de 1000 metros cúbicos de água por mês. Para que se faça uma ideia posso adiantar que uma família normal (4 pessoas) gasta 10 metros cúbicos. Para lá, detectámos alguns grandes senhores que, com as suas piscinas, despendem 700 a 800 metros cúbicos. Desde já alertamos a população no sentido de denunciar casos como estes.»**

Apesar de tudo o que ficou dito, apenas em certos períodos do dia se verifica falta de água. Eis a explicação que nos foi dada por José Aparício: **«Geralmente, durante a noite, há menos consumo. Acontece, então, que durante a manhã a pressão é maior. Daí que, durante esse período, haja sempre água. É claro que em certas horas de ponta, por exemplo ao fim do dia, a água escassela. Então, as pessoas que estão a um nível mais baixo são as únicas que conseguem ter água.»**



Concluí-se, portanto, que a rede de distribuição está mal apetrechada tecnicamente. Por isso mesmo, até 1980, serão levadas a cabo obras no valor de 3 milhões de contos com o fim de resolver todos estes problemas. Segundo um dos nossos entrevistados, tal verba é superior às despesas realizadas pela E. P. A. L. durante os 48 anos de regime fascista.

Para já, que se propõe fazer esta comissão de controlo de consumo de água: **«Neste momento temos contactado com as diversas Câmaras Municipais no sentido de realizar sessões de esclarecimento junto da população dando a conhecer as dificuldades com que nos debatemos. Por assim dizer, pretendemos ensinar a consumir água». Por outro lado, a E. P. A. L., neste momento, apenas abastece a cidade de Lisboa, ficando os concelhos limítrofes entregues aos serviços camarários. Num futuro próximo pensamos agregar todos esses serviços à E. P. A. L. e acabar com tudo isso.»**

Muito mais haveria para contar sobre tão escaldante (...) assunto. Para já, amigos, deveremos tomar consciência do que estes camaradas nos disseram: «Gota a gota... 46 litros por dia». Quem havia de dizer!

E atenção às piscinas, e outros gastos supérfluos dos grandes senhores!

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

DESPORTO

MIL CONTOS NO BICO DA ÁGUIA

Nos «gloriosos» tempos em que os clubes disputavam os jogadores a peso de oiro muitas vezes sem saberem se interessavam ou não às respectivas equipas, jogando nesse jogo esquisito com um aventureirismo de que, hoje, naturalmente, se arrependem, África era uma especie de coutada onde as colectividades portuguesas disparavam os seus tiros atrás da «caça grossa» ou mesmo da raia miúda.

Epoca de defeso era temporada de «suspense». Destapavam-se as baterias e vai disto, disparos para toda a parte. Quando se conseguia apanhar uma «truta», era uma alegria. Saltava cá para fora todo o chauvinismo dos «caros consócios» e brotava saltitante, colorida, flamejante, a alegria dos directores. De alguns, não de todos.

Como disse, África era um manancial de ilusões a par de algumas certezas. Havia quem passasse os domingos a observar as equipas africanas com a ideia preconcebida da negociata fácil, da transferência para a metrópole do negrito mais ajeitado na arte de futebolar. E embora o facto de tirar futebolistas a Angola, a Moçambique e a Guiné não fosse crime que se comparasse a outros grandes roubos que por lá se praticaram é que se reflectem agora nos portugueses-trabalhadores que nada têm a ver com os portugueses-colonialistas mas por eles pagam lamentáveis «dividendos», a verdade é que o negócio tinha aspectos imorais.



A uma disputa entre clubes, por causa de um futebolista angolano, assisti eu, por acaso, durante uma estada de quinze dias em Angola, e sou testemunha da ingenuidade do moço manobrado por superpotências do desporto profissional.

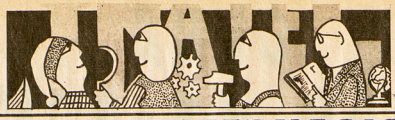
Andavam, nessa altura, em digressão por Angola Belenenses e Sporting. A páginas tantas, apaixonaram-se os dois pelo David (assim se chamava o futebolista), que jogava no Benfica de Huambo ao abrigo da lei militar porque o seu verdadeiro clube era o Ferroviário de Luanda. Diziam dele maravilhas. Comparavam-no ao Diniz. Sei lá quantos elogios ouvi das qualidades futebolísticas do rapaz.

O Belenenses resolveu propor-lhe um contrato, levou-o, encapotadamente, de Sá da Bandeira para Luanda, fez-lhe promessas, garantiu o seu futuro, etc. Mas o Sporting operou a contra-ofensiva e lá andou a minar o caminho por onde haviam de passar os belenenses. O Ferroviário, possivelmente até atrapalhado e surpreendido com todo aquele interesse pelo jogador, resolveu puxar a brasa à sua sardinha e Luanda desportiva assistiu a uma luta curiosa que dava como vencedor o Belenenses para, na hora seguinte, eleger o Sporting. Falavam-se verbas na ordem das centenas de contos.

Estavam os dois rivais muito entretidos na disputa da «presa David», quando chegou, de avião, o Benfica. Vinha também ao cheiro daquele «sangue do defeso», da transferência sensacional, da vitória categórica, definitiva, irremediável sobre os outros dois. O dirigente benfiquista trazia mil contos na mala, quatrocentos para David, seiscentos para o Ferroviário. E pronto, o Benfica ganhou a questão, enquanto o Belenenses se reconduziu à sua modéstia e o Sporting, enraivecido, contratava, de urgência, outro angolano — Manecas.

Mais de um ano depois desta guerra verde-azul-encarnada, David chegou ao Benfica mas com uma lesão tão grave que acabou por não jogar e regressou a Angola onde dificilmente jogará porque, entretanto, a doença, naturalmente sem tratamento adequado, não lhe admite hoje grandes esforços e Manecas, como se sabe, após um período de transição em Alvalade, acabou por ser afastado para Coimbra.

HOMERO SERPA



FUTEBOL INTERNACIONAL

O Vasas de Budapeste — um grupo de futebol do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Hungria chegou a Portugal no passado dia 7, numa manifestação de solidariedade para com os trabalhadores portugueses, para recolha de fundos para a Intersindical Nacional.

Augusto Valegas, da Reestruturação do Desporto do INATEL, um homem que trabalhou para a concretização desta iniciativa e há muito tempo ligado ao desporto, aos seus problemas, vai explicar-nos como é que se projectou a vinda desta equipa húngara.

«A iniciativa surge da parte da Intersindical Nacional depois de uma oferta de colaboração do Conselho Central dos Sindicatos Húngaros, que pôs à disposição para a recolha de fundos para a Intersindical a sua melhor equipa, a equipa de honra, magiar, de todos conhecida pelas provas que já há bastantes anos vem fazendo em Portugal, como as que presentemente disputam fora e dentro do seu país.

O problema de fundos reveste neste contexto um carácter de premência. No entanto é uma manifestação de solidariedade dos camaradas húngaros para com a resolução dos nossos problemas. Como é que o INATEL aparece?

Ora o INATEL aparece colaborando com a Intersindical na organização da vinda deste grupo a Portugal, que chegou no dia 7. A equipa interrompeu a sua permanência no nosso país para se deslocar a Madrid onde vai disputar um torneio, no qual participam o Benfica e o Vitória de Setúbal, além de uma outra equipa espanhola, e regressa a Portugal no dia 23, para, no dia 24, em Setúbal jogar uma partida cuja finalidade principal é também a recolha de fundos, mas neste caso para a Reforma Agrária (prevê-se que seja uma equipa militar que jogará com o Vasas). A sua solidariedade e desejo de colaborar connosco está, a meu ver, bem patente.»

UM CALENDÁRIO MUITO COMPLETO

Além dos jogos já efectuados em Lisboa e no Barreiro, temos: em Coimbra o jogo como uma equipa representativa do Centro de Portugal, no Estádio Municipal (Académico, União de Tomar, Beira-Mar, União de Coimbra, Leiria e Naval).

No dia 16, no Estádio das Antas, com o Futebol Club do Porto.

Depois em Matosinhos, no Domingo, dia 17, no Estádio do Mar, às 18.30, o Vasas jogará com o Leixões.

Esta será pois uma jornada de convívio entre os jogadores dos dois países.

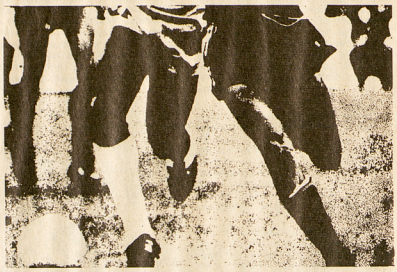
É nossa pretensão, tendo como ponto de partida a visita destes jogadores húngaros, contactar com o Sindicato dos Jogadores de Futebol, com Federações, Comissões Centrais, Televisão e toda a Imprensa, no sentido de aproveitar a estadia do Vasas para sabermos alguma coisa mais sobre a vida dos clubes nos países socialistas. Cremos que esta será pois, uma grande oportunidade, uma jornada mais de esclarecimento para os interessados por este desporto. Procuraremos fazer o maior número possível de colóquios conversas, entrevistas e mesas-redondas, de maneira a dar uma imagem mais perfeita do carácter fundamental do desporto em geral nestes países, onde já houve também grandes transformações sociais, como agora está acontecendo no nosso país e que a seu tempo viveram os problemas que em desporto agora se nos estão colocando. É o problema do amador e do profissional.

No entanto o melhor é deixar em suspenso este problema até ver.

FUTEBOL É CONVÍVIO

Deste modo, o futebol proporcionou uma jornada de convívio. Não é só o futebol, mas também a Intersindical, o INATEL com o desporto para trabalhadores — os trabalhadores a participarem nesta realização, convivendo com os trabalhadores/jogadores húngaros nas visitas aos Centros de Férias do INATEL, dando a imagem-dimensão do que pretendemos realmente que o futebol seja.

Participarão estes amigos da Hungria nas mais diversas manifestações populares, desde festas a manifestações socio-culturais, ranchos, música, exposições, etc.



EXCURSÕES INATEL

FESTAS DA AGONIA

Dia 15, 6.ª-Feira (Feriado)

LISBOA, Figueira da Foz (almoço), BRAGA (jantar e alojamento).

Dia 16, Sábado

BRAGA (pequeno almoço), Ponte da Barca, Monção (almoço), Valença, Caminha, Viana de Castelo (jantar), BRAGA (alojamento).

Dia 17, Domingo

BRAGA (pequeno almoço), Barcelos, Viana do Castelo (almoço, jantar e assistência às festas), BRAGA (alojamento).

Dia 18, 2.ª-Feira

BRAGA (pequeno almoço), Porto (almoço), Coimbra, LISBOA.

Só transporte ..... **350$00**
Tudo incluído ..... **1500$00**

SERRA DA ESTRELA

Dia 15, 6.ª-Feira (Feriado)

LISBOA, Salvaterra (pequeno almoço), Barragem de Montargil, Castelo Branco (almoço), Monsanto da Beira («aldeia mais portuguesa»), Penamacor, Sabugal, GUARDA (jantar e alojamento).

Dia 16, Sábado

GUARDA (pequeno almoço), Manteigas, Nave, Penhas da Saúde (almoço), Lagoa Comprida, Seia, OLIVEIRA DO HOSPITAL (jantar e alojamento).

Dia 17, Domingo

OLIVEIRA DO HOSPITAL (pequeno almoço), Coimbra, Figueira da Foz (almoço) e circuito turístico da Serra da Boa Viagem, Leiria, Rio Maior, LISBOA.

Só transporte ..... **350$00**
Tudo Incluído ..... **1200$00**

PASSEIO NA BARRAGEM

Dia 17, Domingo

LISBOA, Santarém, Torres Novas, Tomar, Castelo de Bode (almoço e passeio de barco na albufeira), Golegã, Chamusca, Vila Franca, LISBOA.

Tudo Incluído ..... **230$00**

«ALAVANCA»
É TRANSPORTADO
PARA TODO O PAIS
NOS COMBOIOS
DA C. P.



CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

Pois é, vamos ler! É fácil afirmá-lo, mas difícil, muitas vezes, pô-lo em prática. Quantos não lêem porque não entendem o que dizem os livros? Quantos não são capazes sequer de soletrar uma palavra? Quantos isto e aquilo a impedir o começo da sua própria libertação? Etc... Não adianta continuarmos. Falemos antes de alguns livros «saídos» recentemente e deixemos para outra ocasião a tragédia cultural do povo português.

Tragédia que pode debelar-se em curto prazo se todos nós quizermos. Todos nós os que lemos e percebemos.

Recomendamos hoje três obras que de algum modo nos dizem respeito: uma porque descreve o primeiro ano do processo português; outra porque revela uma face de Cuba; e uma terceira porque retrata um pouco do Chile depois de Allende:

PORTUGAL DEPOIS DA REVOLUÇÃO DOS CAPITAES, por Wilfred Burchett — colecção de leste a oeste — Seara Nova.

«Tudo isto era como que o prólogo dos eventos do 1.º de Maio. Nesse dia Lisboa foi o palco de uma explosão de alegria popular que, até pelo seu carácter expontâneo e improvisado, nunca poderá ser repetida... Os «slongans» e os gritos, aliás cómemoravam esse encontro, já que o «leit motif» era unidade — a unidade do povo com as forças armadas e a unidade do próprio povo, expresso num «slogan» que ninguém se cansava de repetir: «O povo, unido, jamais será vencido!»

... A colegas que, no dia seguinte, quizeram conhecer a impressão com que eu ficara de tudo aquilo, disse que só podia comparar o que vira à chegada do Exército Popular Vietnamita a Hanoi, em Outubro de 1954. Nessa data, à medida que as tropas vietnamitas entravam na cidade e que as tropas francesas se retiravam, as ruas iam-se cobrindo de cartazes e de bandeiras vermelhas até toda a cidade se assemelhar a um gigantesco jardim de flores encarnadas. A comparação era válida excepto na medida em que os residentes de Hanoi de 1954 estavam a celebrar a libertação de um domínio estrangeiro que durara oitenta anos, ao passo que os lisboetas de 1974 celebravam o fim de um fascismo opressor que apenas durara 48 anos. A gratidão do povo para com as forças armadas libertadoras é que era a mesma.

SUOR E ALEGRIA os trabalhadores em CUBA, por Márcio Moreira Alves — Argumentos — Seara Nova.

«Em Cuba quem sabe um pouco está sempre disposto a ensinar e ajudar a quem sabe menos. A competição existe e é dura, mas o saber não é considerado, como nos países capitalistas, algo que se deve entesourar, esconder. É colocado à disposição do grupo, não guardado exclusivamente para a promoção pessoal do indivíduo».

CHILE A DESNACIONALIZAÇÃO, por Marta Harnecker — Editorial Teorema.

«Uma classe operária amordaçada e manietada é a única coisa que pode dar garantias de trabalho às empresas monopolistas nacionais e multinacionais. Foi o que permitiu à Junta Militar oferecer aos investidores estrangeiros e ao grande capital interno uma mão-de-obra extremamente barata.

Enquanto se decretou a liberdade de preços e eles subiram livremente, uma só mercadoria tinha oficialmente fixado o seu preço: o trabalho».

Cinema

Emmanuelle continua a despir-se provocantemente para os actores da fita e para o público embasacado, que se supõe agora mais livre por ver Emmanuelle nua. Esfregam as mãos os exibidores e perdem-se energias, numerário e tempo preciosos.

Tentam «A Coragem do Povo» e outras películas chamar os espectadores à razão, mas a vantagem pende ainda para o primário.

E há filmes que praticamente ninguém vê como «Pássaros e Lebres» (semana do cinema búlgaro), «Escola Nova» (cubano), e outros, porque as questões comerciais sobrepõem-se às culturais. São assim as coisas e demoram e exigem muito esforço para serem modificadas.

Teatro

Quanto ao Teatro, vai havendo rasgos — o Festival de Montemor — e alguns espectáculos decentes. Por exemplo: «As espingardas da Mãe Carrar», pelo Grupo de Mem Martins.

É autor da peça Brecht, o dramaturgo que afirmou: *«Não há neutralidade: ou estamos do lado dos exploradores ou dos explorados.»*

Outro espectáculo a merecer público de muitas terras é «Pequenos Burgueses», de Gorki, pelo Teatro da Cornucópia.

A Emissora Nacional consegue já tempos de emissão em que as palavras e a música que ouvimos nos predispõem revolucionariamente. Poderá argumentar-se que revolução mesmo é fazer coisas, é avançar conscientemente nas tarefas e que as palavras e a música nos transmitem apenas sensações agradáveis ou desagradáveis. É verdade, mas muitos de nós necessitamos ainda de estímulos, de empurrões, senão quedamo-nos ao lado da revolução. Passamos muito tempo inertes, a ouvir música e palavras de sono, e agora vimo-nos aflitos para acordar. O que é doloroso é estarmos a ouvir por exemplo as canções heróicas de Lopes Graça e verificarmos que muita gente em volta de nós continua a fazer tricot. Sim, isso sucede, há pessoas que ouvem indiferentemente a Internacional ou a Mula da Cooperativa e continuam a fazer tricot. O tricot que pode ser conversa futebolística, ou o trabalho sem alma, ou até mesmo tricot. Mas é necessário que ponhamos o tricot de parte e prestemos mais atenção às palavras e à música que nos incitam todos os dias.

Também a televisão nos tem proporcionado imagens e depoimentos que nos deviam fazer levantar da cadeira e acorrer à revolução. (Para isso, para acorrermos à revolução, qualquer tarefa pode servir, desde que nos enquadremos no trabalho geral que há a fazer no País). Mas o que sucede muitas vezes é que depois de um programa estimulante, deixamo-nos ficar refastelados na cadeira dispostos a presenciar um outro programa que nos adormeça e nos ponha de bem com o derrotismo em que sempre vivemos.

Mas há necessidade de reagirmos e de nos enfiarmos na revolução. Só assim podemos merecer a designação de humanos e de vivos. Só assim deixamos o egoísmo apenas para os exploradores.

RÁDIO — ALAVANCA — diariamente a partir das 0.05, em Rádio Clube Português, um programa cuja figura central é o trabalhador. *A emissora Nacional, aos domingos* a partir das 10 da manhã: o Capitão Paulino e camaradas seus a afirmarem-nos coisas simples mas tão profundas, que nos envorgonhamos de os ouvirmos deitados. SINDICALISMO — de Helena Neves e Madeira Claudino, às 2.ª e 6.ª-feiras, às 22 horas, e aos sábados, às 16.05. Na Emissora Nacional. MFA — um diálogo forte e constante entre portugueses fardados e desfardados.

TV

Quarta-feira, 13 — 1.º Canal: às 20.00 «Escrever é Lutar» e às 22.00 programa apresentado pelo departamento de programas recreativos e musicais.

Quinta-feira, 14 — 1.º canal: às 21.05 Prógrama do M.F.A. No 2.º Canal, às 22.45 «Sabe qual é o principal monumento da cidade de Évora»?

Sexta-feira, 15 — 1.º Canal: às 15.00 «O cavaleiro da Rosa» (experimente estar atento e verá como se trata de um maravilhoso espectáculo), às 21.00 «Afinal como é».

Sábado, 16 — 1.º Canal: às 14.20 «Diário de um professor»; às 16.05 «Ensaio», 18.10 «Eurovisão» (campeonato da Europa de Atletismo — final da Taça). No 2.º Canal, às 22.10 «Programa do M.F.A.»

Domingo, 17 — 1.º Canal: às 21.00 «Teleforum».

Segunda-Feira, 18 — No 1.º Canal: às 21.05 «Há só uma terra» e às 21.30 «Antologia». No 2.º Canal, às 22.00, «Teatro».

RUI MADEIRA

TEATRO DE REVISTA OPINIÃO DE JOSÉ VIANA

Dada a sua implantação popular e as características de comunicação directa com o público, o teatro de revista constitui uma forma de espectáculo a não desprezar, mesmo que para tal sejam de admitir remodelações.

Para discutir o asssunto, impunha-se ouvir a opinião de um homem de teatro. Escolhemos José Viana que, para além de intérprete e autor teatral, sempre foi um homem lúcido e positivamente preocupado com o mundo que cerca. Na sua já longa e triunfante carreira teatral, José Viana nunca enveredou pelo caminho mais fácil de divertir o público, alienando-o. Como adiante veremos, para além de divertir, advertir **o público é um dos seus objectivos.**

«A» — No teu entender, qual pode ser o papel da revista no momento revolucionário que estamos a viver e que espécie de actuação pode ela ter junto do povo?

J.V. — Uma coisa é o que se deseja e outra é o que acontece. A revista é um espectáculo que sempre atraiu grandes massas de público, é um espectáculo alegre, um espectáculo de crítica, um espectáculo de festa, mas parece-me que nas circunstâncias actuais está ultrapasssado. Pelo menos tal como tem sido apresentado. Antes de tudo, a revista tornou-se um espectáculo muito caro, portanto o público que vai ver uma revista, de uma maneira geral é o público que pode pagar um bilhete caro. As grandes massas da população que precisariam de um teatro popular, continuam afastadas das casas de espectáculo, porque não têm possibilidades de pagar bilhetes de 130$00, não é verdade?

«A»—Não se pode chamar popular a um espectáculo que tem bilhetes a esse preço...

J.V. — Pois claro que não. É um espectáculo para a burguesia e para extractos populares com vencimentos que lhes permitam gastar esse dinheiro para ver um espectáculo.

«A» — Portanto, e para já, tudo isso tinha que levar uma total remodelação.

J.V. — Remodelação que passa pelo terminar com todas as entidades parasitárias que encarecem o espectáculo. Mas isso é outro aspecto. A revista em si, como espectáculo, também me parece ultrapassada. A revista era uma forma, digamos, de escape, uma forma de desforra, da alusão política, que era sempre pálida, mas que contava com a cumplicidade de uma forte corrente de público, que até talvez por instinto tomava determinadas posições que podemos considerar antifascistas. Mas a verdade é que o momento revolucionário já nos demonstrou sobejamente que não basta ser-se antifascista. Portanto esse público já está ultrapassado e, de uma forma geral, hoje, é um público reaccionário. Actualmente a revista, se quer agradar, se quer ter público, tem que satisfazer esse tipo de opção de determinado público, que pode pagar aqueles preços. Daí o uso e abuso de determinado tipo de nudez, de determinado tipo de mau gosto, a chamada posição isenta.

Os autores temem, ou eles próprios não querem assumir uma posição definida. Trata-se de criticar a torto e a direito, mas também de uma forma pálida ou então às vezes de uma forma agressiva, mas criticando aquilo que até nem será oportuno, mas como não há censura..

Evidentemente que eu não posso de forma nenhuma, eu que pertenço àquele naipe dos que sofreram com a censura, preconizar que seja uma nova censura que deva emendar estas coisas. Acho que deve ser uma autocensura, revolucionária, que tenha em conta divertir e advertir o público.

«A» — A refrear o mau-gosto, digamos assim.

J.V. — Pois claro. Para isso é preciso que as pessoas que fazem os espectáculos tenham uma grande consciência política e até uma grande consciência revolucionária, o que não será o caso na grande maioria. Por outro lado, a revista é um espectáculo musicado, que costuma ter bailarinas e de há muitos anos para cá as bailarinas portuguesas desinteressaram-se do espectáculo de revista. Passaram a preocupar-se unicamente com espectáculos dirigidos às elites, o S. Carlos, a Gulbenkian, etc., talvez elas próprias e eles, bailarinos, tenham um marcado espírito de classe, que possivelmente os leva a não quererem trabalhar nas condições precárias destes espectáculos dirigidos a um público mais heterogéneo. Não sei, isso é um problema deles, mas que afecta o teatro de revista. Portanto, nos últimos anos, para suprir a dificuldade de recrutamento de bailarinos, contratavam-se pseudo bailarinas e bailarinos estrangeiros, quase todos ingleses. Evidentemente que a própria diferença do valor das moedas, fazia com que tivessemos que recrutar, de uma forma geral, os refugos dos quadros de baile em Inglaterra. Tudo isto obrigava a baixar cada vez mais a qualidade dos espectáculos. É evidente que eu sou partidário de um teatro que divirta, mas também de um teatro que advirta. Ora dadas as estruturas comerciais, visto que ainda estamos a viver num regime capitalista, essas estruturas portanto fazem com que os empresários persigam sempre os mesmos fins. Não tenho conhecimento de que haja um único empresário que pense fazer um espectáculo para contribuir para uma revolução. Os espectáculos que eles montam são para ganhar dinheiro.



Resolve por exemplo o problema dos preços, porque os espectáculos podem descer muito substancialmente o valor dos bilhetes. Pode ainda garantir o trabalho aos autênticos profissionais, pois o teatro encarregar-se-á de expurgar todos os marginais que pululam por aí. Além de muitas outras vantagens que não cabem certamente no âmbito desta conversa. Quanto ao que me parece que é o destino da revista, creio que na medida em que o avanço revolucionário se fôr dando, a revista, tal como é apresentada, vai recuando até desaparecer. O que ficará serão determinadas regras, determinadas técnicas, determinadas formas de teatro popular, que me parece que devem ser mantidas e nalguns casos até recuperadas. Porque a revista tem a vantagem de ser um espectáculo descontínuo, onde cabe tudo. É um espectáculo que já encontrou uma forma de comunicação muito activa, muito intensa com o público. É um espectáculo que nunca conheceu a quarta parede, em que os actores responderam sempre directamente a qualquer intervenção do público. É um espectáculo com certas características de alegria e espontaneidade que se não pode nem deve perder. Até porque eu sou daqueles que acredita que o trabalho de um actor deve ser apoiado numa grande força de improvisação e dessa improvisação. Custa-me a aceitar a ideia do actor matematicamente espartilhado, do actor que como uma máquina todas as noites tem o mesmo comportamento. Eu vou mais longe: acho que um actor que faça agora determinado papel, depois está dois anos a fazer outros papéis e um dia regressa ao primeiro papel, com certeza que se evoluiu no bom sentido, vai fazer esse papel de outra forma, porque já adquiriu mais três ou quatro anos de experiência e essa experiência faz com que ele tenha que modificar o seu critério em relação ao papel que tinha feito. A revista dá aos actores essa possibilidade de improvisação, de uma dinâmica especial, de comunicação com o público e da resposta imediata, o que neste momento me parece importante. É de facto uma festa, mas também pode ser um alerta, pode ser também uma desmistificação não só de figuras como até de sistemas. Pode ser um esclarecimento, pode até mostrar o que é realmente a luta de classes em termos que todas as pessoas apreendam.

«O IMPORTANTE É CONSEGUIR A NACIONALIZAÇÃO DO TEATRO»

«A» — E conforme dissemos há bocadinho, depois do 25 de Abril e interpretando mal o clima de liberdade, veio o exagero do nú e até a exploração do pornografia.

J.V. — Veio o exagero do nú, da obscenidade, do palavrão atirado a eito sem o mínimo objectivo que não seja o de provocar a gargalhada suez...

«A» — O que pode ter acabado por ser muito mais alienatório do que o tipo de piada dos antigos espectáculos.

J.V. — Até porque dá uma falsa noção de liberdade.

Para já, o importante é conseguirmos a nacionalização do teatro que não irá resolver o problema de todas as entidades panuma grande força de controlo rasitárias que giram à volta do teatro, mas não há dúvida que resolve muitos outros problemas.

«UMA MANIFESTAÇÃO É UMA FORMA DE TEATRO»

«A» — Por todas essas condições, a nós, público, parece-nos que a revista, neste momento, é um tipo de espectáculo que não deve acabar.

J.V. — Mas há outra coisa que temos de ver. Existem várias formas de teatro popular, que o nosso povo até desconhecia e em que participa activamente. Uma manifestação, é uma forma de teatro. Um comício, é uma forma de teatro. E eu duvido que, havendo um espectáculo como seja uma manifestação importante, as pessoas nessa noite se vão meter num teatrinho a ver umas senhoras e uns senhores a debitarem gracinhas. As coisas ultrapassaram essa mediania. Portanto só um espectáculo, um, não, muitos espectáculos que realmente interessem as massas populares, é que vale a pena fazer. E depois é preciso verificarmos que uma coisa é construir um espectáculo urbano, outra coisa é dirigir um espectáculo às massas rurais.

«A» — Neste momento não estás a preparar nenhum espectáculo aqui para Lisboa, pois não?

J.V. — Eu não sei se me serão dadas condições para isso.

«A» — Depende da nacionalização do teatro?

J.V. — Não só disso, mas dos caminhos que esta revolução vai tomar e principalmente da autoridade democrática, da autoridade que nos permita a todos de trabalharmos. Não podemos é estar sujeitos aos ataques constantes da reacção, que perturba tudo porque o que quer é sabotar o avanço e nessa altura essa gente tem que ser parada, essa gente não pode continuar a agredir. Tem que se responder realmente à actividade contra-revolucionária desses elementos com a firmeza revolucionária. Portanto, neste momento e dada toda esta confusão, ainda me sinto um pouco embaraçado para poder fazer planos. O que posso é manifestar desejos. Desejaria por exemplo que pudesse participar numa cooperativa de trabalhadores de teatro interessados em fazer espectáculos vivos, de intervenção directa no processo revolucionário.